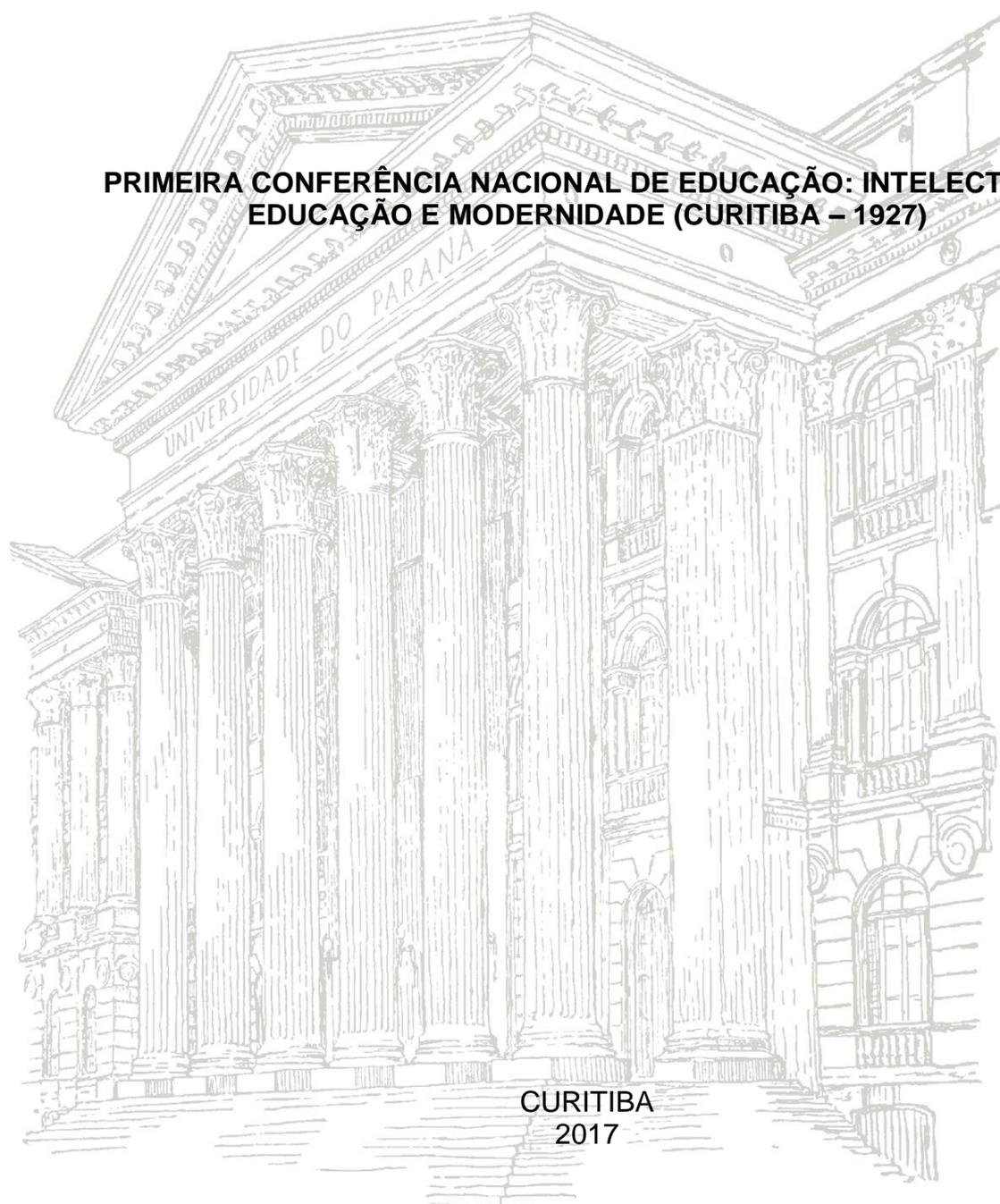


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA CRISTIANE NUNES DE FARIA

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: INTELLECTUAIS
EDUCAÇÃO E MODERNIDADE (CURITIBA – 1927)**



CURITIBA
2017

MARIA CRISTIANE NUNES DE FARIA

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: INTELLECTUAIS
EDUCAÇÃO E MODERNIDADE (CURITIBA – 1927)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do curso de
Licenciatura em Pedagogia, do Setor de Educação,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira.

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA CRISTIANE NUNES DE FARIA

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: INTELLECTUAIS EDUCAÇÃO E MODERNIDADE (CURITIBA – 1927)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, avaliado pela seguinte banca examinadora:

Professor Dr. Carlos Eduardo Vieira
Orientador – Departamento DTFE

Professora Dra. Leziany Silveira Daniel
Departamento DTPEN

Curitiba, 08 de dezembro 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Jacira (*in memoriam*), que me ensinou, quando ainda era pequena, que é preciso muito esforço e dedicação para alcançar um objetivo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, meu orientador, brilhante intelectual, a quem admiro e de quem sempre lembrarei com carinho. Pois durante meu processo de formação, não somente na graduação e neste trabalho, mas também na Iniciação Científica, tem sido professor e amigo, demonstrando com paciência e gentileza como produzir um bom trabalho de pesquisa na História da Educação.

À minha família querida: de modo especial, ao meu marido, Alexandre, pessoa que admiro muito por seu caráter, bondade e amor; meus filhos Guilherme e Mateus, por me entenderem e apoiarem durante toda minha formação. Mesmo nos momentos mais difíceis, nos quais muitas vezes pensei em desistir, minha família me incentivou e proporcionou a minha continuidade nos estudos.

À Universidade Federal do Paraná, seus funcionários e professores, que me acolheram com cuidado e dedicação. Todo conhecimento a mim proporcionado, nestes 5 anos de graduação, foi como um divisor de águas na minha vida. Aprender é encantador, e este encanto despertou em mim gratidão e amor profundo por esta instituição.

Aos colegas, companheiros da graduação, pela constante amizade e pelos momentos de alegria que compartilhamos.

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
As duas eram totalmente belas.
Mas carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO PROMOVIDAS PELA ABE DE 1927 A 1967.....	13
QUADRO 2 -	ANDAMENTO DOS TRABALHOS – ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR	30
QUADRO 3 -	CONFERÊNCIAS LOCAIS DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR.....	31
QUADRO 4 -	TEMAS A SEREM ESTUDADOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO	32
QUADRO 5 -	PROGRAMAS SOBRE HIGIENE DO CURSO DE FÉRIAS DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS	33

SUMÁRIO

RESUMO	I
INTRODUÇÃO	01
1. CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1920	07
1.1 – O contexto educacional dos anos de 1920.....	07
1.2 – Curitiba – 1927: Primeira Conferência Nacional de Educação	12
2. A RETÓRICA DOS INTELECTUAIS DA ABE SOBRE AS CAUSAS DO ATRASO EDUCACIONAL BRASILEIRO	17
2.1 – A ignorância	17
2.2 – A imoralidade	21
2.3 – As doenças e os vícios	26
3. A BUSCA PELA MODERNIDADE EDUCACIONAL	29
3.1 – As atividades da Associação Brasileira de Educação no ano de 1927: projetos educacionais em ação.....	30
3.2 – A escola e o professor: artífices do progresso educacional.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
FONTES	55
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	58
MEMÓRIA ICONOGRÁFICA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	58
ANEXO 1 – Instalação solene da I Conferência Nacional de Educação no Teatro Guaíra	58
ANEXO 2 – Grupo de congressistas à frente da sede da I CNE	58
ANEXO 3 – O Professor Lourenço Filho saudando o Paraná	59
ANEXO 4 – Fala o Presidente do Estado do Paraná – Dr. Caetano Munhoz da Rocha.....	59
ANEXO 5 – Fala o Dr. Lysímaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino do Paraná	60
ANEXO 6 – Sessão de encerramento da I Conferência Nacional de Educação	60

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os debates realizados na Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), que foi sediada em Curitiba no ano de 1927. O propósito da pesquisa é entender o discurso educacional veiculado na I CNE e a sua relação com o que estava sendo discutido no cenário educacional brasileiro dos anos de 1920. Para esse fim, foram utilizados como fontes a ata e as teses da referida conferência, além da historiografia que contempla a temática abordada. A I CNE foi promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em conjunto com a Inspeção Geral da Instrução Pública do Paraná. Nesta foram debatidas 113 teses, tendo como foco principal a organização nacional do ensino primário. Para melhor compreensão da I CNE buscou-se refletir sobre as concepções presentes no evento acerca da educação e do contexto político em que o Brasil se encontrava no período estudado. Na década de 1920, em um cenário marcado pela crescente urbanização e pelo crescimento dos índices de industrialização, criou-se um contexto favorável à ideia da reconstrução social pela via dos investimentos em educação. Neste cenário, em outubro de 1924, um grupo de intelectuais formados por médicos, advogados, engenheiros e professores, fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE). A ABE desempenhou papel de aglutinadora das elites intelectuais, interessadas nos debates sobre concepções e, sobretudo, reformas educacionais. Estes grupos, ainda que pertencentes a diferentes filiações ideológicas, traçaram um conjunto de ações que confluíam para um objetivo comum: a modernização social e educacional do país. Na I CNE participaram representantes de 16 Estados brasileiros, além do Distrito Federal. Quatro teses foram apresentadas pela direção da ABE e estas foram consideradas as balizas principais do evento, tendo como focos: a unidade nacional pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral; a unificação do ensino primário; a criação das Escolas Normais Superiores; a organização dos quadros nacionais, cooperações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. Nas conclusões deste estudo percebemos que as propostas educacionais discutidas e apresentadas pela ABE não se restringiam apenas à educação escolar, elas incluíam também estratégias de organização de várias práticas educacionais que, por meio das CNEs e do engajamento desses intelectuais, visaram à mobilização da sociedade, bem como a indução de políticas públicas para a modernização do país.

Palavras-chaves: Discurso Educacional; Primeira Conferência Nacional de Educação; Associação Brasileira de Educação; Intelectuais; Modernidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar aspectos relacionados à Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em parceria com a Inspetoria Geral da Educação do Paraná, realizada em Curitiba no ano de 1927.

As fontes usadas nesta pesquisa referem-se a documentos relacionados à Primeira Conferência Nacional de Educação: ata da sessão de instalação da ICNE; sessão preparatória da ICNE; relação dos Estados participantes; relatório das sessões; relatório da comissão organizadora da ICNE; bem como as 113 teses apresentadas durante a I CNE.

Quanto à historiografia utilizada como apoio neste estudo, destacamos os seguintes trabalhos:

Marta Maria Chagas de Carvalho, em 1998, em seu livro *Molde Nacional e Forma Cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, no qual foram estudados os projetos educacionais da Associação Brasileira de Educação, desde sua fundação em 1924 até os anos de 1931.

Maria Auxiliadora dos Santos Schmidt, em 1997, na tese *Infância: sol do mundo – a Primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira*, na qual buscou-se compreender como os intelectuais participantes contribuíam, através do discurso presente nas teses, na produção e difusão da representação da infância no Brasil.

Aurélio Bona Junior, em 2005, na dissertação *Educação e Modernidade nas Conferências Educacionais da década de 1920 no Paraná*, na qual buscou-se entender as discussões de dois congressos: A Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE em 1927), e o Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN em 1926).

Telma Faltz Valério, em 2013, na tese *As Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do Ensino Secundário no Brasil (1928-1942)*, na qual buscou-se compreender os planos de intervenção dos intelectuais da ABE na Política Educacional do Ensino Secundário no Brasil dos anos de 1928 (II CNE), a 1942 (VIII CNE).

Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, em 2014, na tese *As Conferências educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil*, na qual procurou-se entender as defesas e disputas de concepções e projetos para estabelecer que sentidos e significados a modernidade pedagógica deveria estar assentada no Brasil nos anos de 1920.

Aurélio Bona Junior e Carlos Eduardo Vieira no trabalho: *O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná*, de 2007.

Carlos Eduardo Vieira, nos estudos: *Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927)*, de 2007; *Intelectuais e Educação*, de 2015; *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual*, de 2008; *Erasmus Pilotto: identidade, engajamento político e crença dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil*, de 2011.

Carlos Eduardo Vieira e Leziany Silveira Daniel no trabalho: *Lysímaco Ferreira da Costa e a formação de professores no Paraná na década de 1920*, de 2015.

No que se refere a eleição do tema “Primeira Conferência Nacional de Educação: Intelectuais, Educação e Modernidade (Curitiba – 1927)”, a escolha se deu em razão dos estudos realizados na minha trajetória em pesquisa de Iniciação Científica sobre a I CNE, onde tive contato direto com as fontes e bibliografias já mencionadas anteriormente, possibilitando-me prosseguir e avançar neste estudo.

Quanto à importância deste estudo, entendemos que, a compreensão dos modos como eram conduzidos os debates acerca de reformas educacionais, considerando os seus principais protagonistas, seus objetivos, bem como suas intervenções, nos auxiliam na compreensão do nosso atual contexto educacional, uma vez que, parte das discussões educacionais que começaram a intensificar-se, principalmente após a realização da I CNE, reverberam até os dias de hoje.

Posto que, a situação na qual a educação escolar se processa, suas rupturas e permanências, os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas. É possível identificar características dos projetos educacionais da I CNE que, no decorrer da história, ainda se reproduzem. Ao estudarmos os projetos para a educação do povo brasileiro na I CNE, podemos identificar que, ainda nos dias de hoje, como nos anos de 1920, o ensino continua com sua identidade voltada para as necessidades do mercado. Outra questão que permanece é a do ensino religioso, por mais que a Constituição Republicana de 1891 tenha instituído a laicidade, ainda é

evidente o viés religioso, particularmente cristão, na educação escolar pública. Ademais, o ensino público brasileiro ainda sofre por falta de escolas, má formação docente, falta de estrutura, os quais são identificados também nas teses da I CNE. Porém, cabe ressaltar que, a questão sobre a remuneração do professorado, tão discutida nos dias de hoje, pouco perpassa as discussões da Conferência.

Isso posto, no que se refere a realização da I CNE, ela foi a primeira de um conjunto de 13 Conferências promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), ao longo de 40 anos, sediadas em diferentes Estados. Teve como propósito promover o debate sobre reformas educacionais que começavam a ser discutidas no final do século XIX, apoiados na ideia de que a educação não deveria ser um instrumento restrito às elites brasileiras, mas sim a todos os brasileiros.

Nesse período, grande parte da população brasileira era apontada como analfabeta, surgindo, portanto, a necessidade de reformas educacionais que possibilitassem a ampliação da oferta de oportunidades formativas. Diante desse quadro, um grupo de intelectuais, embasados na necessidade de elevação cultural e educacional brasileira, funda em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE).

A ABE reuniu intelectuais de várias formações, dentre eles, normalistas, médicos, advogados, engenheiros, interessados em traçar novos rumos para educação do país. Após aproximadamente três anos de atividades, a associação dinamizou seus projetos de reforma educacional com a organização da I CNE.

Na I CNE foram debatidas 113 teses, nas quais seus participantes problematizaram vários temas relacionados à educação do povo brasileiro, tendo como foco principal a organização do ensino primário. Foram discutidas várias propostas com o objetivo de reformar e criar um padrão para a educação brasileira, tendo em vista a modernização do país.

Quanto ao emprego do termo Intelectual, faremos uma demarcação conceitual. De acordo com Vieira (2011, p. 27): “O olhar para a história do termo intelectual evidencia que o significado da palavra tem estado associado ao movimento de agentes reconhecidos na esfera cultural que se movimentam em direção ao campo político.”

Em vista disso, para a explicação histórica do intelectual como agente coletivo, destacamos quatro aspectos que compõem o conceito de intelectual:

- a) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual;

- b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou dever social;
- c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade;
- d) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social. (VIEIRA, 2011, p. 29).

Quanto à identidade social do intelectual nos séculos XIX e XX, Vieira, (2011) afirma que, tanto na Europa como no Brasil, esses agentes foram representados como elite por sua missão social específica. Suas posições sociais, bem como suas habilidades retóricas proporcionaram-lhes condições favoráveis para atuar na produção de sua própria representação social, de modo que, em momentos distintos, prevaleceram imagens bastante favoráveis aos intelectuais. Os preceitos de reconhecimento desse grupo social incluíam qualificações formais, como títulos, diplomas, mas transcendiam ao destacar as habilidades retóricas e textuais.

No que se refere ao termo missão, segundo Vieira (2011), este foi usado para exprimir o sentimento de dever a cumprir e a decisão do engajamento político desses intelectuais. O engajamento político representou uma característica dos intelectuais associados ao campo.

Quanto à modernidade, Vieira (2011) afirma que a ideia foi representada como uma espécie de Éden que se conquistaria a partir de investimentos em diferentes setores, mas a educação e a cultura representaram áreas estratégicas nesse projeto. A ideia de modernidade cativou os intelectuais. É possível dizer que eles foram produtos e arautos dessa crença. A representação da modernidade estava associada a significados marcados pela positividade, como, por exemplo: progresso, desenvolvimento, civilização, ordem, bem-estar, dentre outros.

Com relação ao protagonismo do Estado, Vieira (2011, p. 43) afirma que: “A crença no Estado como agente político capaz de realizar o projeto moderno de reforma social atravessou diferentes gerações de intelectuais.” Para Daniel Pécaut, a “[...] ideologia de Estado tem, portanto, o mérito de ressaltar que o Estado, e não a sociedade civil, se apresenta como agente da construção nacional”. (PÉCAUT, 1990, p. 45 *apud* VIEIRA 2011, p.44). Expressão característica dessa ideia pode ser constatada na manifestação do líder católico Alceu Amoroso Lima, que defendia: “[...] o poder público não é apenas o reflexo do povo e sim o orientador, o guia, o verdadeiro formador do povo” (LIMA, *apud* VIEIRA, 2011, p. 44).

Ainda, quanto aos intelectuais brasileiros, Vieira (2015) afirma que:

[...] verificamos uma relativa convergência de opiniões sobre o início da intervenção dos intelectuais na cena pública brasileira, a partir do último quartel do século XIX, configurando o que se convencionou chamar de geração de 1870. Essa geração de advogados, jornalistas, médicos e literatos foi constituída, na sua maioria, por homens oriundos dos estratos sociais mais altos, ainda que algumas mulheres tenham se destacado. Essa predominância masculina e de origem social abastada revela questões econômicas e de gênero. A origem social dos intelectuais se explica pelo axioma: distribuição desigual da riqueza equivale, em regra geral, a distribuição desigual da cultura e do conhecimento. O problema de gênero também tem uma premissa bastante conhecida e compartilhada, uma vez que, segundo as representações prevalentes na época, cabia aos homens a ocupação do espaço público, enquanto que, à mulher, estava reservado o espaço privado, das tarefas domésticas e da vida familiar. Existem muitas exceções a essas lógicas estruturais e culturais, contudo elas apenas confirmam a regra. (VIEIRA, 2015, p. 5-6).

Portanto, esses intelectuais adquiriram prestígio social e poder político, decorrentes das suas posições como homens nascidos em famílias ricas e tradicionais. Além das questões econômicas e de gênero, Vieira (2015) afirma que:

[...] estes (intelectuais) foram também reconhecidos, de acordo com os conceitos de Bourdieu (1998), pelos capitais cultural e simbólico acumulados, seja na forma de títulos e comendas, posições nas faculdades e academias de letras e ciência, erudição e eloquência, seja pelas viagens frequentes à Europa e/ou posse de livros e peças de arte. Essas posições angariadas os autorizavam a atuar, em diferentes frentes e de lugares sociais prestigiados, em favor de determinados projetos, de maneira a forjar e a afirmar a identidade social do intelectual como agente político coletivo. (VIEIRA, 2015, p. 6).

Em torno dessa questão de identidade não é possível entender tal conceito de intelectual se não analisarmos o contexto econômico, cultural e social desses agentes que se reconheciam como partícipes de uma elite cultural com uma identidade comum e detentora de poderes específicos.

O reconhecer a atuação desse tipo de elite, em diversos contextos históricos, não busca necessariamente a identificação do uso corrente do termo “intelectuais” para nomeá-la. De acordo com Vieira (2015):

Outros termos, semanticamente correlatos, são encontrados para designar esses protagonistas, tais como: *intelligentsia*, que nomeou os jovens literatos em luta contra o czarismo na Rússia; *Philosophers*, que designou os principais protagonistas do iluminismo francês; ou *profissionais da educação*, tal como os intelectuais associados ao Movimento pela Escola Nova buscaram se autorrepresentar no Brasil dos anos de 1930. (VIEIRA, 2015, p. 07).

Animados pela crença na reforma da sociedade por meio da escola, Valério (2013, p.31) afirma que os “intelectuais brasileiros engajaram-se na dupla tarefa de interpretar a sociedade brasileira com base na necessidade de formação do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, estruturar um campo cultural no Brasil.”

Isso posto, mediante a apreciação dos discursos educacionais veiculados na I CNE, buscamos acompanhar as ações da ABE na organização e realização da conferência e problematizar o discurso que associava educação e modernidade nas teses defendidas e discutidas pelos intelectuais. Neste sentido, duas questões foram priorizadas: O que era entendido, pela elite intelectual, como sendo as causas do atraso educacional do Brasil; e quais eram as intervenções que esses intelectuais acreditavam como necessárias para que fosse alcançada a modernidade educacional brasileira.

Quanto à organização deste trabalho, no primeiro capítulo trataremos sobre a criação da ABE no contexto dos anos de 1920 e a realização da I CNE em Curitiba no ano de 1927.

No segundo capítulo discutiremos sobre a retórica dos intelectuais da ABE sobre as causas do atraso educacional brasileiro, destacando os discursos sobre a imoralidade, a ignorância e as doenças e vícios do povo.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apontaremos as ações da ABE para a modernidade educacional do Brasil, com uma análise da atuação de seus intelectuais nos meses que antecederam a realização da I CNE e o papel de destaque dado nas teses da I CNE, à escola e ao professor, ambos considerados artífices da construção do progresso educacional.

1. CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1920

1. 1 O CONTEXTO EDUCACIONAL DOS ANOS DE 1920

Nos anos de 1920 o Brasil viveu a emergência de novos atores políticos com novas ideias políticas. Este período, de crise na República e busca por renovação política, de inovações técnicas, urbanização e produção cultural, despertou grande interesse dos estudiosos do campo da ciência social em pesquisar o período, buscando analisar os anos de 1920 a partir da ideia de Brasil Moderno.

É importante esclarecer que esta ideia de Brasil Moderno não está isenta de polêmicas e conflitos, entretanto a usaremos como ponto de partida para nosso estudo.

Quanto às questões relativas aos conceitos de moderno, Holler (2014, p. 27) aponta a abordagem de Le Goff, quanto ao que pode contribuir com o termo e afirma que o autor “evidencia o caráter histórico e polissêmico do par: antigo/moderno”. E também que, Le Goff afirma:

[...] este par se desenvolveu em um contexto complexo e afirma que “cada um dos termos e correspondentes conceitos nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional” e “moderno”, por “recente” ou “novo”, e também ‘porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras’. Para o autor este par - antigo/moderno - e seu jogo histórico e dialético são gerados entre aquilo que é moderno, onde a consciência da *modernidade* nasce do sentido de ruptura com o passado. (LE GOFF. 1997, p. 02 *apud* HOLLER, 2014 p. 27).

Ainda de acordo com os apontamentos de Holler (2014, p. 27) sobre as observações de Le Goff, ao que se refere ao “moderno e outros concorrentes: moderno/novidade e moderno/progresso”, esta aponta que:

[...] o termo moderno indica uma ruptura com o passado, por outra, os termos *novo*, *novidade*, e *progresso* podem suscitar outras interpretações. Com o advento do cristianismo o novo assume uma posição, em certa proporção, destinada ao sagrado – Novo Testamento, novo mundo, vida nova – e, ‘mais do que uma ruptura com o passado, afirma Le Goff (1990, p. 179) que “novo” significa um esquecimento, uma ausência do passado (...)’ e que “moderno” também se defronta com o que se situa na esfera do progresso’ que engendra um verbo progredir e um adjetivo progressista, o que pode ser interpretado também como possibilidade de futuro. (HOLLER, 2014, p. 27-28).

Através deste prisma do “moderno”, mudanças educacionais começaram a tomar forma na década de 1920. Nesse período de movimento renovador em busca do ideário do Brasil Moderno, com a introdução de novos pensamentos,

procedimentos e diagnósticos, as elites intelectuais se mobilizaram. Neste período que se explicita a crise da República Oligárquica, surge um novo ângulo para pensar o Brasil. Segundo Milton Lahuerta (1997):

[...] é justamente nos anos 20 que a decepção quanto à possibilidade de a República realizar o ideal de uma sociedade nova torna-se absolutamente explosiva. Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 será de questionamentos inéditos, até então, e que permanecem em pauta pelas próximas décadas. Não apenas concepções tradicionais são atacadas, mas também as instituições republicanas – identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no real – elevando o *pathos* de ruptura, trazendo à tona novos atores e problemática dos direitos e da participação. (LAHUERTA, 1997, p.93).

Marta Maria Chagas de Carvalho, no que se refere aos anos de 1920, cita Fernando Azevedo em *A Cultura Brasileira*, destacando:

[...] o que é descrito como marcha gloriosa e avassaladora do “novo”, batendo-se por diversas vezes contra o “velho”, o “tradicional”, o “arcaico”. Ter-se-ia estabelecido no país sobre a pressão de causas econômicas, sociais e políticas, e dessa fermentação de ideias que, depois da Guerra de 1914, se alastrava por todos os domínios culturais, um novo estado de coisas, do qual eram sintomas o movimento de renovação educacional, a Semana de Arte Moderna e as revoltas tenentistas. (AZEVEDO, 1943 *apud* CARVALHO, 1998, p.19).

O ano de 1922 foi o marco simbólico do movimento renovador, identificado como a ruptura com o padrão cultural vigente. Vários eram os indícios da presença de um modo de pensar que entendia ser necessário um desafio público. Este desafio realiza-se através da Semana de Arte Moderna e, a partir dela, o modernismo torna-se uma nova perspectiva para a cultura nacional. Contudo, segundo Lahuerta (1997), a urgência da ideia de moderno significando ruptura, não pode ser completamente compreendida se não considerarmos que a virada do primeiro pós-guerra foi internacional, abrindo novos espaços em todos os sistemas culturais. Diante de tais circunstâncias, evidencia-se entre a intelectualidade, a necessidade de problematizar o seu papel na sociedade.

Desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, no Brasil, a ideia da construção da identidade nacional foi tema de destaque, com o ideário de civilizar o povo, uma vez que se disseminava a ideia de atraso da nação em comparação aos países da Europa e Estados Unidos. Para Carvalho: “É inegável que o movimento educacional incorporou valores culturais da Europa, dos Estados Unidos do pós-guerra e que isso residiu muito de sua novidade”. (CARVALHO, 1998, p.29).

Boa parte da intelectualidade brasileira do período via a necessidade de modernizar o país social e politicamente, tendo em vista a formação de uma nação

moderna. A educação escolar foi considerada como o instrumento mais adequado para melhorar a condição de vida da população no que se refere aos aspectos intelectual, cultural, econômico e moral.

Milton Lahuerta (1997, p.97), afirma que: “[...] há uma demanda genérica de unificação cultural, um espírito de renovação e atualização que pretende ir além da dimensão estritamente literária e uma preocupação difusa de superar a distância entre o erudito e o popular.”

Quanto aos intelectuais empenhados neste intento, Lahuerta (1997, p. 98) afirma que: “A busca de identidade social do intelectual brasileiro passa pela procura de um ponto entre a perspectiva de renovação cultural e as possibilidades de reforma da sociedade”. Mais adiante, o autor aponta que: “Na busca de uma nova identidade, veem-se os intelectuais confrontados com o poder sem a mediação de uma perspectiva realmente política. O que faz que se aprofunde a ideia de que lhes cabe um papel diferenciado no processo social.” (LAHUERTA, 1997, p.100).

Portanto, diante desse quadro, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro, formado por médicos, engenheiros, advogados e professores, funda a Associação Brasileira de Educação (ABE). Este grupo uniu-se para defender a proposta de um programa de ensino que, segundo sua perspectiva, seria capaz de formar a população com novos conhecimentos, incorporando concomitantemente a estes, hábitos compatíveis com o novo projeto de sociedade. Conseqüentemente, a educação escolar seria eleita como o instrumento mais apropriado para a difusão e implantação deste projeto.

A ambição da ABE é evidenciada num de seus lemas de propaganda: “Ao cabo de um século de independência temos apenas habitantes no Brasil. Transformar estes habitantes em povo é o programa de Associação Brasileira de Educação.” (ABE *apud* CARVALHO, 1998, p. 144).

O programa educacional vinculado à formação da consciência nacional é exposto na fala de Fernando Magalhães, membro da ABE e presidente da Comissão encarregada de organizar a Primeira Conferência. Para ele era necessário:

[...] um programa de cultura inicial pelo conhecimento suficiente da língua materna, das condições históricas do povo, da extensão territorial e aspectos geográficos do país, de noções de higiene, de educação cívica, ao lado da aprendizagem do cultivo inteligente e do aproveitamento das riquezas do solo. (CARVALHO, 1998, p.225).

O sentido modernizador das propostas dos intelectuais vinculados a ABE manteve relação com as exigências de uma sociedade nova, de formação do povo brasileiro para a demanda industrial. Nas palavras de Carvalho:

É preciso entender, aqui, o sentido em que resgata o tema da industrialização nos projetos na ABE. Este sentido foi, principalmente, o de responder a problemas políticos e sociais que a presença da fábrica gerava. Neste escopo, propostas “modernizadoras” diferiam das “tradicionalistas” por programarem esse controle incorporando novos métodos, técnicas e modelos educacionais, tornando a fábrica como paradigma da escola e da sociedade. Tratava-se, neste caso, de programar, em moldes mais adequados “as exigências de uma sociedade nova, de forma industrial”, mecanicismo de controle social. (CARVALHO, 1998, p.26-27).

Nos registos que circulavam na ABE nos anos de 1920, a remodelação da escola sob esta nova perspectiva (a fábrica como paradigma da escola e da sociedade) traduzia também um projeto de moralização do espaço urbano. Como o entorno da fábrica concentrava muitos operários, a cidade seria objeto de intervenção com o propósito de estabelecer entre as classes sociais uma convivência harmoniosa. (CARVALHO, 1998, p.28).

Ao descrever o movimento educacional da década de 1920, Carvalho aponta que:

[...] a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debate para o estudo e soluções de problemas educacionais [...]. Em especial, as Conferências Nacionais, promovidas pela associação, aproximando educadores de todos os Estados e congregando-os em diferentes centros culturais do país, teria propiciado o que chamou de marcha resoluta para uma política nacional de educação. (CARVALHO, 1998, p.31).

Carvalho (1998) afirma que a campanha cívico-educacional promovida pela ABE nos anos 1920 mesclou dois projetos nacionalistas diversos: um deles, católico, que enfatizava o papel das elites intelectuais na construção de um nacionalismo a partir do sentimento patriótico, com base no questionamento sobre quais tradições e costumes, de fato, lhes seriam essenciais. O outro, nacionalista, que recusava o catolicismo, mas, da mesma forma que o católico, outorgava à elite intelectual, um papel crucial na formação da identidade nacional. (CARVALHO, 1998, p. 42-43).

Portanto, embasados na necessidade de elevação cultural e educacional da população brasileira, em 15 de outubro de 1924, Heitor Lyra da Silva, Everaldo Backheuser, Edgar de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, criam a Associação Brasileira de Educação. (VALÉRIO, 2013, p. 33). Posteriormente, outros integrantes, de várias formações, foram unindo-se ao grupo.

A ABE, em seu estatuto, no artigo 1º, afirmava: “a Associação Brasileira de Educação tem por fim promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação, em todos os seus ramos, estimulando as iniciativas que possam mais eficazmente atingir estes objetivos” (ABE, ESTATUTO, 1925 *apud* VALÉRIO, 2013).

Ainda, de acordo com seu estatuto, a ABE tinha como principais objetivos:

1º Organizar permanentemente a estatística da instrução no Brasil; 2º Publicar revistas, boletins e relatórios periódicos, sobre questões de educação e instrução; 3º Manter museu escolar permanente, biblioteca pedagógica, sala de conferências e cursos; 4º Promover e premiar a publicação de bons livros didáticos; 5º Promover congressos de educação regionais e nacionais; 6º Promover a representação do Brasil, em congressos de educação no estrangeiro; 7º Organizar um arquivo de legislação nacional e estrangeira, sobre ensino e questões correlatas; 8º Facilitar a seus sócios a aquisição de livros e de material escolar, 9º Cooperar em todas as obras de educação física, moral e cívica; 10º Facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliotecas infantis, e de outros institutos auxiliares de ensino; 11º Auxiliar a intercorrespondência escolar, nacional e estrangeira; 12º Organizar obras de mutualidade entre professores e entre alunos; 13º Estudar e auxiliar a educação popular quer quanto à cultura intelectual, moral e física, quer quanto à instrução profissional. (ABE, ESTATUTO, 1925 *apud* VALÉRIO, 2013).

Os intelectuais vinculados à associação deveriam inscrever-se nos diferentes departamentos da ABE. Foi designado, por meio de votação, um presidente para cada departamento:

1) Ensino Primário: Maria Reis Campos; 2) Ensino Normal: Pedro Deodato de Moraes; 3) Ensino Secundário: Henrique de Toledo Dodsworth; 4) Ensino Profissional: C. A. Barbosa de Oliveira; 5) Educação Doméstica: Jeronyma de Mesquita; 6) Ensino Técnico e Superior: Candido de Mello Leitão; 7) Ensino artístico: F. Nerêo de Sampaio; 8) Educação Física e Higiene: J. P. Fontenelle; 9) Educação Moral e Cívica: Everaldo Adolpho Backeuser; 10) Cooperação da Família: Armanda Alvaro Alberto¹. (ESTATUTO DA ABE, 1925 *apud* VALÉRIO, 2013).

Cada presidente dos departamentos deveria organizar semanas pedagógicas, promover palestras, cursos, aulas especiais, entre outros. Além de representar a ABE em congressos e produzir relatório de suas atividades anuais. (VALÉRIO, 2013).

Das as atividades realizadas pela ABE, as que alcançaram maior repercussão nacional foram as Conferências Nacionais de Educação (CNEs). A partir da realização das Conferências Nacionais de Educação, a Associação Brasileira de Educação alcançou maior poder de intervenção nas políticas educacionais. Fazendo uso de suas redes de sociabilidade e de suas articulações políticas, seus intelectuais facilitaram as ações da entidade, principalmente, em alguns setores do Estado. Alguns intelectuais

¹ De acordo com as fontes, havia anualmente eleição para os presidentes dos departamentos da ABE.

da ABE ocuparam cargos públicos, implantando reformas educacionais em diferentes Estados e tiveram um papel fundamental na organização e realização das Conferências Nacionais de Educação (CNEs).

1. 2 CURITIBA – 1927: PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nos anos que antecederam à realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, no que se refere às atividades da ABE, Valério afirma que:

[...] as realizações da ABE ficaram restrita a pequenos espaços, ocupados pelos intelectuais que a compunham e pelos contatos pessoais que estabeleciam com outras instituições. Suas atividades envolviam festas, jantares solenes com patrióticos discursos, torneios de oratória, associações em eventos nacionais e internacionais, contatos de trabalho com membros das embaixadas, prescrição de filmes que poderiam ser vistos pelas famílias, organização de listas de livros para as bibliotecas escolares, etc. (VALÉRIO, 2013, p.44).

A realização das Conferências Nacionais de Educação significava o fortalecimento das ligações entre a ABE, Governo Federal, Estadual e entidades da sociedade civil. Este fortalecimento das ligações e a articulação de seus intelectuais em diferentes setores públicos e privados ampliaram as possibilidades de suas ações e efetivação de políticas para estruturação do campo cultural, científico e literário no Brasil.

O programa educacional proposto pela ABE, foi resultado de, aproximadamente, três anos de debates sobre o que os intelectuais que participaram da associação, consideravam como os problemas enfrentados pelo país e qual seria a solução para superar o atraso científico e cultural da nação. Em 14 de outubro de 1927, a Associação Brasileira de Educação (ABE) informou em seu boletim, o objetivo a ser alcançado com a realização das Conferências Nacionais de Educação (CNEs). De acordo com Bona Junior (2005), a ABE apresentou a seguinte informação:

Prosseguindo na execução de seu programa educacional, resolve a Associação Brasileira de Educação realizar, em todos os e Estados brasileiros, conferências nacionais de educação com a participação de todas as unidades federativas, visando à congregação de todos os professores brasileiros em torno das mais elevadas ideias de civismo e de moral. Combate-se destarte o espírito separatista que por vezes se revela aqui, ou ali, trabalhando-se nobremente pela unidade nacional. (ABE, 14/10/1927 *apud* BONA JUNIOR, 2005, p.30)

Esta campanha cívica estava pautada numa concepção de educação que abrangia, além da instrução escolar, questões de saúde, moral, civismo e, sobretudo, formar para o trabalho.

A convicção de que a renovação educacional era vista como uma solução revela-se na afirmação: “o problema da educação do povo brasileiro é o mais nacional de todos os problemas. É o maior problema da história nacional. É quase o único problema nacional, porque a educação, generalizada e ampla, naturalmente por si, resolve todos os demais problemas. É a infraestrutura da organização coletiva” (I CNE, 1927, t. 103).

Na proposta da ABE, as conferências seriam realizadas anualmente, privilegiando as capitais dos Estados, bem como o Distrito Federal. O quadro a seguir representa a organização, localização dos eventos e as datas da realização das CNEs.

QUADRO1 – CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO PROMOVIDAS PELA ABE DE 1927 A 1967

(continua)

ANO	LOCAL	TEMA(S)
1927	Curitiba	Organização nacional do ensino primário.
1928	Belo Horizonte	Ensino secundário.
1929	São Paulo	Ensinos secundário, primário e profissional; educação sanitária.
1931	Rio de Janeiro	Diretrizes para a educação popular.
1933	Niterói	Elaboração do anteprojeto de organização nacional da educação.
1934	Fortaleza	Organização geral do ensino no país.
1935	Rio de Janeiro	Educação física.
1942	Goiânia	A educação primária: objetivos e organização.
1945	Rio de Janeiro	Conceito de educação democrática.
1950	Rio de Janeiro	Conferência convocada com o objetivo de obter sugestões para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).
1954	Curitiba	Financiamento dos sistemas públicos de educação.
1956	Salvador	Contribuição da escola à compreensão e à utilização das descobertas científicas. Os

		processos da educação democrática nos diversos graus de ensino e na vida extraescolar.
1967	Rio de Janeiro	Educação para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

FONTE: Quadro elaborado por Telma Faltz Valério, 2013.

A razão pela qual Curitiba foi escolhida como sede da primeira conferência foi a influência do Inspetor Geral do Ensino do Paraná, Professor Lysímaco Ferreira da Costa, no Estado e na ABE.

Segundo Vieira (2007, p.387), “as elites dirigentes do estado – representadas pelo governador Caetano Munhoz da Rocha e, sobretudo, pelo Inspetor Geral do Ensino Lysímaco Ferreira da Costa – empenharam-se para sediar a conferência e, assim, darem visibilidade nacional para os seus projetos e obras educacionais.” Algumas das obras educacionais implementadas por esses intelectuais no Paraná foram o aumento do número das escolas públicas, a intensificação dos trabalhos de inspeção, controle, mudanças da visão pedagógica e da atribuição social da escola. (MORENO *apud* VIEIRA, 2007, p. 387).

Com a realização da I CNE, deu-se início a um amplo debate sobre os horizontes da educação brasileira, tendo como temas centrais, a renovação do ensino primário, secundário, superior e técnico-científico, os quais seriam as bases para a formulação das políticas de renovação do ensino no Brasil.

A data de 19 de dezembro foi escolhida estrategicamente para inauguração da conferência, uma vez que esta marcava as comemorações da emancipação política do Estado do Paraná. A conferência recebeu amplo apoio da comunidade paranaense e a instalação do evento alcançou grande repercussão na imprensa.

De acordo com Bona Junior (2005, p.33), “até mesmo o Jornal *O Dia* - crítico ferrenho das iniciativas que envolviam o Governo do Estado - noticiou a escolha de Curitiba e reconheceu a importância de Lysimaco”: ‘Graças ao prestígio que deu ao Paraná, o Sr. Lysimaco Costa, com o grandioso reclame que fez da nossa terra quando andou lá por fora, bancando o *‘camelot du rei’* reunir-se-á, em breve, nesta capital, o Congresso de Pedagogia.’ (O DIA, 1927 *apud* BONA JUNIOR, 2005).

A grande expectativa quanto à realização da Primeira Conferência é expressa na publicação otimista do Jornal *Diário da Tarde*: “Promete investir-se do maior brilho e êxito possível a Primeira Conferência Nacional de Educação que se reunirá

segunda-feira próxima, 19 do corrente, em Curitiba, local unanimemente escolhido para sua sede.” (DIÁRIO DA TARDE, 1927 *apud* BONA JUNIOR, 2005).

O destaque dado a I CNE evidencia uma grande expectativa por soluções educacionais para a nação brasileira.

Na seção de abertura, realizada no teatro Guaíra, faziam-se presente várias autoridades, compunham a mesa: Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná; D. João Braga, arcebispo de Curitiba; o desembargador Clotário Portugal, secretário geral do Estado; Dr. João Moreira Garcez, prefeito de Curitiba; Dr. Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado do Paraná. Achavam-se também presentes mais de quatrocentos congressistas, trezentos alunos da Escola Normal Secundária de Curitiba e cerca de duas mil pessoas. (ATA, I CNE, 19/12/1927).

Ao ser dada a palavra a Lysímaco Ferreira da Costa, este saudou os conferencistas, assegurando que: “O Estado do Paraná, ao menos, e os professores paranaenses levarão em toda consideração os resultados finais ou conclusões da conferência a ter início”. Ao final da sessão, tomou a palavra o professor Deodato Moraes, com delegação expressa do Governo e da Diretoria Geral do Ensino da capital federal. Parabenizou o Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha pela emancipação política, bem como pelo apoio que deu à realização da I Conferência Nacional de Educação em Curitiba, apoio esse que, segundo suas palavras, favoreceria maiores conquistas para a educação do povo paranaense e consecutiva grandeza do Brasil. (ATA, I CNE, 19/12/1927).

De 20 a 27 de dezembro a conferência foi realizada no Palácio do Congresso, constando de treze sessões plenárias. O número expressivo de teses obrigou que as discussões se estendessem para além do programado. Inicialmente 24 de dezembro, véspera de Natal, deveria ser a data limite. (BONA JUNIOR, 2005, p. 37).

Participaram da I CNE representantes de dezesseis Estados Brasileiros: Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Pará; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo; além do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

Nas palavras de Vieira:

[...] participaram da conferência: a) Os representantes do Estado e do Distrito Federal; b) O presidente e delegados da Associação Brasileira de Educação; c) Os diretores e os professores da Universidade do Paraná; dos ginásios, escolas normais, escolas profissionais complementares, grupos escolares,

escolas primárias públicas e particulares, colégios, etc., do Estado do Paraná. (ABE, 14/10/1927 *apud* VIEIRA, 2007, p. 389).

As 113 teses foram distribuídas em oito comissões temáticas: duas para o ensino primário; uma para o ensino secundário; uma para o ensino profissional e superior; três para teses gerais; e uma para educação higiênica. Estas comissões eram coordenadas por professores designados pela diretoria da ABE.

Quatro teses foram redigidas pela direção da Associação Brasileira de Educação e estas foram consideradas as balizas principais para o debate, tendo como foco:

1º - a unidade nacional: a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral. (Relatora: D. Isabel Jacobina Lacombe); 2º - a unificação do ensino primário, nas suas ideias capitais, mantida a liberdade dos programas. (Relatora: D. Zélia Braune); 3º - a criação das Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico do professorado do ensino secundário e normal. (Relator: Prof. Barbosa de Oliveira); 4º - a organização dos quadros nacionais, cooperações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (Relator: Prof. Fernando Magalhães). (ABE, 14/10/1927).

Quanto à relevância das teses defendidas pela ABE, Vieira (2007), numa síntese das ideias de Carvalho (1998), nos dá a dimensão deste projeto:

As teses da diretoria dariam o molde da conferência: a formação da unidade nacional e a regeneração do povo brasileiro, através da uniformização da legislação, das práticas educativas e dos processos de formação dos professores. Os temas da nação, a unidade nacional, e da formação da consciência nacional que acompanharia os debates da intelectualidade brasileira da Inconfidência à Independência assumem novo sentido político nos tempos da República. A formação da consciência do cidadão republicano, segundo as lideranças da ABE, dependia de um programa assentado sobre o ensino da língua pátria, da história e da geografia nacional, das noções de higiene e da educação cívica e patriótica (CARVALHO, 1998, *apud* VIEIRA, 2007, p. 389).

Nas palavras de Carvalho (1998, p. 311), este temário oficial, proposto pela ABE, constituiu-se como um dos principais suportes do nacionalismo, traduzindo, com isto, as ideais que seus intelectuais priorizavam: “o da uniformização doutrinária da escola como instância de disseminação do que era proposto como patriotismo fundado na tradição.”

A imprensa local fazia a cobertura diária dos trabalhos da conferência, manifestando, vez ou outra, críticas a algumas teses defendidas no evento. Como exemplo dessas tensões, Carvalho (1998) cita a crítica da *Gazeta do Povo* sobre as aprovações das teses, com a publicação, em 27 de dezembro de 1927: “O Paraná

nunca teria tido tanta maioria: a proporção de 10 por 1, bastante para as ruidosas vitórias de quanta tese carola se apresente ao plenário” (CARVALHO, 1998, p.312).

O grupo com maior organização e presença na I CNE era o católico, inclusive os principais representantes do Estado do Paraná; Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná; e Lysímaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino do Paraná, faziam parte deste grupo que defendia, entre outras, a urgente intervenção religiosa na educação do povo brasileiro, evitando, com isso, a decadência moral da sociedade.

2. A RETÓRICA DOS INTELECTUAIS DA ABE SOBRE AS CAUSAS DO ATRASO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O anseio pela modernidade educacional nos anos de 1920, tinha como característica a compreensão de que a educação escolar seria o principal instrumento para o progresso do país. Desse anseio surgiu a ABE. Seus intelectuais, grandes entusiastas da educação, dedicaram-se a construção do projeto educacional.

Nas palavras de Carvalho:

A Associação Brasileira de Educação surgiu como desdobramento do “entusiasmo pela educação”, entendido como movimento caracterizado pela propaganda dos efeitos quase miraculosos atribuídos à educação [...] as propostas pedagógicas veiculadas na Associação e por ela podem ser lidas como um amplo programa de ação social. (CARVALHO, 1998, p. 135-136).

As teses da ABE na I CNE apresentam propostas para superação dos problemas educacionais do país, porém, para que suas propostas fossem aceitas, seus autores usavam argumentos viáveis para justificar tais problemas. As justificativas referiam-se aos problemas pelos quais, segundo as teses, o Brasil enfrentava: a ignorância, a imoralidade, as doenças e vícios do povo.

2.1 – A ignorância

A ignorância do povo brasileiro foi uma das justificativas usada nas teses da I CNE em favor da necessidade de intervenções educativas em âmbito nacional.

No que se refere à falta de instrução do povo brasileiro nos anos de 1920, Bona Junior e Vieira (2007, p.23-24) afirmam que: “[...] a falta de instrução do povo foi apontada como uma das causas do descompasso do país em relação ao concerto das nações modernas.”

É possível identificar a presença de tal entendimento no discurso de Sebastião Paraná na I CNE, onde este aponta que o fator que impede o avanço no domínio econômico do país é a ignorância do povo, e que esta conserva a nação em situação de inferioridade. Na mesma tese ele também afirmava que “A instrução popular é caso de vida ou morte para as sociedades modernas.” (I CNE, 1927, t. 59).

Amélia de Rezende Martins (I CNE, 1927, t. 27) afirma em sua tese intitulada “Uma palavra de Atualidade” que, a questão das escolas está ligada intimamente à questão do problema social e que uma não será resolvida enquanto não se resolver a outra. Seguindo em seu discurso ela aponta sua visão quanto à educação de seus concidadãos:

Sublime é, em teoria, o ideal de ‘instruir para levantar o povo’. Mas fora das escolas, senhores, as provas de educação dos nossos patrícios são, em absoluto, negativas. O nosso povo não conhece ou não quer pôr em prática os mais rudimentares princípios de educação, e aqui tudo se confunde – a falta de educação pela nefasta influência do anarquismo, que é uma verdadeira revolta, e a falta de educação por ignorância. Cada vez mais se torna comum não haver respeito pela vida do próximo nem pela própria vida, não há respeito pela liberdade alheia... ninguém cogita onde a própria liberdade vai atingir a liberdade dos outros. Por toda a parte percebe-se o espírito de insubordinação – na família não se respeita os pais, na sociedade não se respeita as convenções, no Estado não se respeitam as leis... (I CNE, 1927, t. 27).

As proposições acerca da ignorância do povo brasileiro também contribuíram para a afirmação da inaptidão das famílias em educar os seus filhos e da resistência destes em permitir que seus filhos fossem à escola. Na tese 28, Segismundo Antunes Netto afirma:

Sobretudo em nosso país, onde é tão grande a porcentagem de analfabetos, não se pode crer que os pais e responsáveis, rudes e ignorantes, estejam na altura de compreender que a grandeza de uma nacionalidade está na geração nova, e que urge, portanto, prepará-la convenientemente. (I CNE, 1927, t. 28).

Desqualificar a capacidade dos pais como responsáveis pelos seus filhos, atribuindo-lhes ignorância, contribuía com a justificativa de uma intervenção autoritária, ignorando a autoridade da família.

Acrísio Carvalho de Oliveira, em sua tese intitulada “Alfabetização e Nacionalização do Colono no Brasil”, afirma:

Diferente [o imigrante] de nós, brasileiros, na língua, nos costumes, no caráter, na civilização e, na sua quase totalidade, ignorante, opõe-se, dificulta ao apostolado da alfabetização, porque desconhece os seus deveres e direitos e a responsabilidade que lhe cabe na educação de seus filhos. (I CNE, t. 29).

A presença do imigrante no Brasil é apontada como um dos problemas enfrentados pela população. A 29ª tese da ICNE mostra tal compreensão, afirmando que quando há tantas outras nacionalidades dentro de um mesmo país, perde-se a identidade, a unidade da língua. Além disso, como o imigrante vinha buscando oportunidades de trabalho e conforto, o autor da tese afirmava que esse pouco se interessava pela formação de seus filhos como cidadãos da nova pátria, o que atrasava o desenvolvimento nacional. (I CNE, t. 29).

Belizário Penna, ao discursar em defesa de sua tese, indaga e responde seu próprio questionamento: quantos brasileiros praticam estas virtudes (asseio, sobriedade, castidade, laboriosidade) e cumprem a finalidade biológica? [...]. De tão mínima, a fração é desprezível. [...] se mais de 90% dos brasileiros não sabem ou não têm suficientemente educadas a inteligência e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida. É evidente que não contribuem para a defesa e melhoramento da vida da família, da sociedade e da espécie. (I CNE, t.1).

Maria dos Anjos Bittencurt, do Grupo Escolar Telêmaco Borba, da cidade de Tibagi, PR, em sua tese intitulada “O Ensino Obrigatório e o Civismo nas Escolas” afirma:

Efetivamente, a instrução primária tem sido completamente descurada pelos pais que preferem para seus filhos outros misteres. Isso muito ocorre para tornar, senão prejudicar, ao menos infrutífero um ensino do qual se deverá tirar magníficos resultados. Há localidades onde aflui à escola todas a criança, até mesmo de cinco a seis anos, porém outras há onde é necessário o professor incutir no espírito dos pais a necessidade de mandar ensinar os seus filhos. [...] O nosso sertanejo olha a instrução por um prisma completamente diferente. Para ele, a vida reduz-se ao presente, e mandar o filho para à escola, só mesmo coagido, porque julga mais proveitoso aplicá-lo na devastação das matas para o plantio do milho do que deixá-lo nos bancos escolares. [...] o caboclo já, por índole pessimista, não reconhece superioridade no professor, crendo que é mais conveniente retirar o filho da escola, convencido de que é útil. (I CNE, t. 33).

No mesmo sentido pejorativo sobre as características do povo brasileiro, o Presidente da Seção de Educação Física e Higiene, Dr. Belizário Penna, expôs em seu discurso, na sessão pública da ABE, os seguintes questionamentos:

Que importa o progressivo aumento da população, onde a grande maioria é constituída de parasitas da minoria? Onde a doença endêmica multiforme, a ignorância e o alcoolismo transformam o povo num rebanho sui generis, sem o raciocínio esclarecido do homem fisiologicamente normal e educado, nem o instinto apurado do irracional? (ABE, 08/12/1927).

Carvalho (1998) destaca em sua tese a posição em que os intelectuais da ABE se colocaram, quanto à obrigatoriedade do ensino, ao suscitarem à campanha

educacional, citando a epígrafe do primeiro Boletim da Associação Brasileira de Educação:

Tão legítimo como é legítimo o pátrio poder, o qual não envolve certamente o direito desumano de roubar ao filho o alimento do espírito, o ensino obrigatório é, às vezes, único meio de mover pais e tutores ao cumprimento de seu dever sagrado. Nas cidades, por exemplo, onde haja escolas suficientes, como não sujeitá-las a multas, ou a trabalhos e prisão no caso de reincidência? Entretanto, [...] melhor fora evitar essa triste necessidade; antes se abram, por toda a parte, como nos Estados Unidos, escolas dignas deste nome; sua força de atração é sempre irresistível. (ABE, *apud* Carvalho, 1998, p.39-40).

Nas palavras de Bona Junior (2005, p. 60): “Os argumentos acerca da ignorância dos pais concorriam para a aprovação de umas das principais propostas em debate: a obrigatoriedade do ensino.” E de que, entre as teses que defendias este argumento, era unânime a concordância da necessidade de obrigatoriedade como medida de difusão do ensino primário.

De acordo com Bona Junior (2005):

[...] acreditava-se que somente a educação resolveria o problema da ignorância; contudo, num movimento contrário, acreditava-se também que a ignorância não possibilitava que a educação fosse assim compreendida como necessária, por não oportunizar o conhecimento de seus benefícios. Este impasse só poderia ser superado, na visão dos congressistas, por uma ação compulsória vinda de cima: do poder público. (BONA JUNIOR, 2005, p. 60-61).

Manoel Pedro de Macedo (I CNE, 1927, t. 54), em sua tese intitulada “A Unidade Nacional: pela Cultura Literária; pela Cultura Moral; pela Cultura Cívica” cita uma frase de Miguel Couto que, segundo Macedo, havia sido proferida a poucos dias: “[...] a instrução do povo é um dos maiores problemas que temos que enfrentar.” Mais adiante ele afirma que: “País algum poderá representar uma força consciente e digna entre os outros se não tiver uma população alfabetizada, pronta a desempenhar as magnas funções individuais e sociais.”

Na mesma tese Macedo (I CNE, 1927, t. 54) argumenta sobre a importância do preparo técnico, com conhecimentos especializados, para a divisão das funções nos diferentes trabalhos:

Modernamente, não basta o preparo elementar das massas, fundado somente na clássica regra de ler, escrever e contar. Há a divisão do trabalho e os misteres profissionais que reclamam múltiplas aptidões e mais adiantados conhecimentos para as aplicações que a ciência vai criando. Tudo se torna cada vez mais complexo, difícil e especializado. (I CNE, 1927, t. 54)

Em defesa da sua tese, Macedo (I CNE, 1927, t. 54) continua seu discurso afirmando que: “Embora a educação primária seja para qualquer país o eixo primordial do seu desenvolvimento e de uma necessidade incontestável, como o é para a nossa vida o ar que respiramos, nem por isso se pode dispensar a cultura literária, cívica e moral.”

A desqualificação do povo brasileiro, do imigrante, do agricultor e, dentre estes, dos pais das crianças em idade escolar, imputando-lhes ignorância, revelava o espírito de soberba da intelectualidade do período. Uma vez que, os altos índices de analfabetismo não foram apontados como resultado da incompetência política dos intelectuais, sequer dos governantes em promover uma educação popular qualificada, mas sim, culpava-se as camadas populares por não se educarem.

Nas teses da I CNE, a representação acerca da ignorância do povo brasileiro contribuía para a aprovação das principais propostas da Associação Brasileira de Educação: a obrigatoriedade e a uniformização do ensino primário. Deste modo, pretendia-se que a educação das crianças fosse caracterizada como obrigação da família de matricular seus filhos e mantê-los na escola e ao Estado caberia fiscalizar tal cumprimento.

2.2 – A imoralidade

A decadência moral da sociedade foi, diversas vezes, discutida na I CNE. A imoralidade era considerada como um grande empecilho para o avanço da modernidade brasileira.

Várias teses defendiam a necessidade urgente de intervenção moral, especialmente a católica, na educação escolar. A moral sem Deus era vista como um dos principais problemas que afligiam a nação.

O grupo com maior organização e presença na I CNE era o católico, inclusive os principais representantes do Estado do Paraná; Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná; e Lysímaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino do Paraná, faziam parte deste grupo que defendia a urgente intervenção religiosa na educação do povo brasileiro, evitando, com isso, a decadência moral da sociedade.

A atuação dos católicos nas Conferências Nacionais caracterizou-se, conforme Carvalho (1986) por uma dupla estratégia:

Por um lado, propunham geralmente através de senhoras de belas almas (...) a inclusão do ensino religioso nas escolas, medida que causava imediata indignação leiga. Os homens do grupo nunca se pronunciavam explicitamente favoráveis à medida, embora tenham, ao que tudo indica, votado favoravelmente a ela sempre que se apresentou a oportunidade. Nessa divisão sexual do trabalho intelectual católico, os homens da ABE se encarregavam da missão mais insidiosa e complexa, que consistia em advogar o patriotismo, sua incorporação na formação ministrada na escola, e, concomitantemente, em constituir através de um discurso cívico de tipo particular, um patriotismo católico. (CARVALHO, 1986, p.238 *apud* FERREIRA, 1993, p.15).

O grupo que representava os intelectuais laicos, embora indignado, demonstrava uma neutralidade estratégica em relação ao preceito da moral católica na escola. Segundo Bona Junior (2005):

As teses que defendiam a orientação laica para o ensino da moral não questionavam a solidez da orientação religiosa. Contudo, sua recusa consistia na defesa da liberdade de pensamento dentro do ambiente de ensino. Suas propostas eram de que o ensino religioso fosse ministrado nas casas, de acordo com a orientação das famílias. (BONA JUNIOR, 2005, p.63).

Em contrapartida, os católicos viam nas propostas da escola laica uma ação contra a religião que dissolveria os laços da fé cristã. Tal educação ocasionaria, de acordo com alguns conferencistas da I CNE, uma ameaça nacional.

Segundo Amélia Rezende Martins, filiada da Associação Brasileira de Educação:

A derrocada da moral de pouco preceder a derrocada geral de um povo [...]. Damos conselhos de moral aos nossos meninos. Levantamo-lhes o espírito para o ideal e das danças e da praia de banhos aí estão para atraí-los para a matéria, acendendo-lhes os mais baixos instintos. E passam as crianças da infância para a idade viril com o caráter deslustrado e preparadas para todas as perdições. (I CNE, t. 27, 1927).

Prosseguindo seu discurso, Martins acrescenta:

Permiti que uma palavra se faça ainda ouvida, uma palavra alheia às lides do professorado, a palavra leiga da família brasileira, que vos vem também apresentar a seu estudo. A meu ver, a questão das escolas, presa intimamente a outra gravíssima questão, não será resolvida enquanto não se cuidar do problema social. [...]. Se penetrarmos na escola e da infância sondarmos os corações, se entrarmos na família e lhes observarmos os laços frouxos, se investigarmos a sociedade e lhes virmos os desvarios, cai-nos a alma aos pés. Sem família, baldados serão os planos de progresso da escola, e não haverá família sem Deus! (I CNE, t.27).

Na mesma tese, Martins aponta como sendo um grande erro dos intelectuais católicos, o fato deles se deixarem tomar pelo medo de serem vistos como intransigentes, porque assim:

[...] nos deixamos cegar, envolvendo a nossa fé no manto ilusório da largueza de vista, deixamo-nos levar por inteligências brilhantes que nada conhecem

acima do seu orgulho, por super-homens para os quais não existe Deus... e aceitamos a escola leiga que preparou, por mão de mestre, a situação que hoje nos angustia. (I CNE, t.27).

Martins reitera, por vezes, sua crítica a moral leiga: “Vemos que a escola leiga vai levando o mundo à ruína.” Com relação à educação física, aos esportes da escola leiga, ela afirma que:

[...] vão exigindo cada vez menos roupas, para que não sejam tolhidos os movimentos, e a moral leiga não acha mal em que se banhem juntos todos os meninos, de todas as idades, nus [...] moral leiga, moral de princípios pervertedores, sob a capa de muita ingenuidade. (I CNE, t.27).

Quanto ao povo brasileiro, Martins assevera: “A sociedade de hoje tudo abandonou pelos prazeres dos sentidos [...]”. Mais a diante, dirigindo-se aos senhores congressistas, ela afirma: “Temos que convir, meus senhores, que todos os divertimentos de hoje apresentam graves sintomas de decadência. Tudo denota a moral doentia: a moda, a pintura, a dança, o teatro, o cinema, a literatura, o jogo, a cocaína, e não preciso citar mais.” (I CNE, t.27).

De acordo com Carvalho (1998), inicialmente, a tese de Martins, propunha que “a instrução moral, nas escolas primárias, tivesse base na noção de Deus, porém fora de qualquer sectarismo”, teria sido rejeitada pela assembleia, porém, a interferência de Lysímaco Ferreira da Costa reverteu a decisão. A proposta inicial da tese foi reformulada por um substituto apresentado pela diretoria da ABE, e acabou sendo aprovada por 117 votos contra 86, com a seguinte formulação: “Que o ensino da moral, em todos os institutos de educação do Brasil, tenha por base a ideia religiosa, o respeito às crenças alheias e a solidariedade em todas as obras do progresso nacional” (CARVALHO,1998, p. 313-314).

A justificativa para a necessidade do ensino religioso nas escolas era de que o ensino laico não visava a tão necessária educação moral, mas apenas a instrução escolar. Nas palavras de Schmidt (1997), uma questão fundamental encontrada na maioria das teses analisadas da I CNE foi:

[...] a necessidade de estabelecer a diferença entre educação e instrução e afirmar a primazia da primeira sobre a segunda. Esta seria a necessidade premente da sociedade brasileira, para a qual, de nada valerá o ensino sem base econômica e moral. (SCHMIDT, 1997, p.137).

O trecho que se segue, expressa a dimensão da importância dada aos preceitos católicos: “Quanto ao mal-estar moral, pode ser atribuído, em grande parte [...], ao enfraquecimento da vida da família e ao esquecimento dos preceitos religiosos” (I CNE, 1927, t. 101).

Fernando Luís Osorio, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul afirma em sua tese:

Cogitaremos do sistema sistematizante que terá o Brasil para fortalecer a sua unidade moral, a sua consciência de construir um todo sociológico, porque se o Brasil não tivesse fundamentos morais em que se devem basear as melhores aspirações nacionais, bem se compreende que não poderia realizar a sua missão cultural, a missão que constitui o seu natural destino no concerto humano. (I CNE, 1927, t. 43).

Isabel Jacobina Lacombe (I CNE, 1927, t.44), na sua tese, expressa sua opinião quanto à questão da unidade nacional brasileira afirmando que: “[...] bastaria que se dissesse ‘A unidade brasileira pela Cultura Moral’, porque o dever cívico decorre naturalmente da formação moral [...]”. Seguindo seu discurso, mais adiante ela afirma que: “É preciso que o gérmen da moralidade, que o amor à terra, que o sonho de comunhão nacional, que a prática sincera e perseverante de sua religião seja tudo instilado no coração inocente do pequenino brasileiro.” Para que houvesse com isso, o despertar de um patriotismo são.

Lindolpho Xavier (I CNE, 1927, t. 5), ao discorrer sobre a missão da Pedagogia para desenvolver a fraternidade e o altruísmo: “Fazendo o homem sinérgico, mais simpático, mais enérgico, mais sábio, mais simples, mais prático, mais previdente, mais fraternal, mais republicano, mais religioso.” Aponta a solução para conseguir tal intuito, através do ensinamento da “herança do passado” aos sucessores. Entre as cinco heranças apontadas pelo autor está a “Herança Religiosa”, da qual ele afirma que:

Esta é a mais alta de todas; envolve, por isso, responsabilidades. É o coroamento da moral, é a cúpula do edifício. Por meio desta disciplina vamos estabelecer o policiamento das atividades. Pelos seus eflúvios, ela espargue bênçãos e bondade nos homens; consola, purifica e sublima o entendimento. O mestre deverá mostrar como a religião está inerente nos povos, [...]. (I CNE, 1927, t. 5).

Seguindo na defesa de sua tese, Xavier (I CNE, 1927, t. 5) cita as palavras de Goethe: ‘Que só a educação física, completada pela intelectual e moral, dá ao homem o direito de se julgar verdadeiramente culto.’ Na sequência ele afirma que:

Então aconselharemos à criança que se eduque fisicamente, que exercite o seu corpo na ginástica, principalmente a sueca; que tenha asseio, sobriedade, método; que não se envenene com os narcóticos; que não frequente lugares libidinosos; que ame a pureza, a sociabilidade, a economia; porque só assim ela poderá vir a ser um homem verdadeiramente culto, verdadeiramente digno das funções a que é chamado na sociedade. E feito isso, está cumprida a missão de educador. (I CNE, 1927, t. 5).

Segismundo Antunes Netto (I CNE, 1927, t. 28), ao defender em sua tese a obrigatoriedade do ensino primário no Estado do Paraná, coloca esta como solução para o retorno da moral brasileira, pois, de acordo com o autor, ela formará o caráter nacional do povo:

A questão magna, palpitante e inadiável para o ressurgimento da moral do nosso povo é a obrigatoriedade do ensino primário, que não viola, em absoluto, a liberdade de ninguém, porque em tese o povo é como o indivíduo: vale pela instrução que possui. [...] porque dessa educação depende os interesses essenciais do indivíduo e da coletividade, e o homem é a célula do organismo nacional. (I CNE, 1927, t. 28).

Sara Machado Busse (I CNE, 1927, t. 50), após apresentar com entusiasmo alguns pontos da orientação pedagógica norte americana, aponta que: "Nosso país tem sofrido, demasiadamente, as consequências de uma mocidade improdutiva, que não quer trabalhar ou que não sabe o que fazer. Não devemos retardar mais tempo para uma necessária reação." Mais adiante em seu discurso, ela afirma que: "Cuide-se esmeradamente da instrução e muito pouco ou muito por alto da educação do caráter, da educação do sentimento, da moral cívica, da moral social, da moral privada - na família e no indivíduo." (I CNE, 1927, t.50).

Manoel Pedro de Macedo (I CNE, 1927, t. 54), na sua tese intitulada "A Unidade Nacional: pela Cultura Literária; pela Cultura Moral; pela Cultura Cívica", afirma com relação a unidade nacional pela cultura moral que: "A primeira condição de respeitabilidade de um país é a sua força moral e o amor às coisas nacionais." Seguindo em defesa de seu discurso ele afirma que: "A moral determina a finalidade de todas as ações humanas." E que: "Até com pouca instrução, mas com uma dose forte de moralidade, o homem, afastando-se do mal, constitui um baluarte contra o vício, contra o roubo, contra o crime, contra a falsificação e contra a mentira." (I CNE, 1927, t. 54).

Em contrapartida ao discurso de alguns congressistas que pressupunham que a imoralidade estava relacionada diretamente com a ignorância do povo brasileiro, Macedo, parafraseando Gustavo Le Bon, afirma que: "[...] o saber é independente da moral, porque muitas pessoas há cultas, porém completamente destituídas de moralidade, e vice-versa. (I CNE, 1927, t. 54).

Na sequência de sua tese, Macedo (I CNE, 1927, t. 54) afirma que, não necessariamente "aquele que aprende se moraliza" e faz uma distinção entre educação e instrução, explicando a finalidade de cada uma delas:

Ora, se a instrução é um meio de educar, genericamente falando, não quer dizer que aquele que aprende se moraliza. Educação é gênero e instrução é espécie. Educar, no sentido restrito, é moralizar, é infundir na pessoa princípios altruístas. A instrução tem fins utilitários e teóricos. O saber atua sobre a inteligência, e a moralidade, sobre o sentimento. Estas duas faculdades, embora se auxiliem mutuamente, são distintas. Têm o mesmo fundamento, mas diferem nos resultados e nos objetivos. (I CNE, 1927, t. 54).

Independente do entendimento de que a educação moral deveria ser direcionada as camadas populares ou abarcar toda a sociedade, incluindo as classes economicamente mais favorecidas, as discussões com relação à educação moral na I CNE, apoiavam-se na ideia de que era indispensável educar o caráter do povo brasileiro. Não obstante, os intelectuais católicos da associação acreditavam que a desvinculação da moral católica na educação escolar impossibilitaria a tão almejada unidade nacional.

Desta forma, a unidade nacional apresentou-se como uma das principais finalidades da ação educativa. Defendia-se a ideia de que a unidade brasileira deveria ser construída com base na cultura moral católica, evidenciando, com isso, ideias incoerentes, uma vez que, como já mencionamos, desde a Primeira Constituição Republicana (1891), foi estabelecida a separação entre Estado e Igreja. Sendo assim, o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos deveria ser leigo.

2.3 – As doenças e os vícios

Os argumentos sobre as precárias condições sanitárias brasileiras são frequentemente destacados nas teses da I CNE.

Para o problema das doenças presentes na sociedade brasileira, a solução seria através da educação higiênica, uma vez que, de acordo com os congressistas, as condições de saúde do povo eram péssimas.

A proposta de educação higiênica e eugênica de Belizário Penna, intitulada “Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar”, expressa o grau de relevância dado a essa questão:

Precisamos sair urgentemente da deprimente situação em que se encontra o Brasil, cuja população, em esmagadora maioria, realiza apenas, em péssimas condições, não a finalidade biofísica do homem, mas a instintiva dos irracionais, que consiste em materialidade da conservação do indivíduo, pela nutrição, e de perpetuação da espécie, pela reprodução. (I CNE, 1927, t. 1).

Na mesma tese, o autor expressa a finalidade de tal educação:

Para isso, torna-se indispensável criar a consciência sanitária pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no

espírito de toda a gente o valor inestimável – econômico, étnico, moral e social – da normalidade biológica, pela execução de medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, e pelo conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais, agentes todo-poderosos da vida: a terra, o ar, a água e o sol. (I CNE, 1927, t. 1,).

Amélia de Rezende Martins também demonstrava em sua tese a importância dada ao tema da higiene:

A higiene esmiúça por toda a parte, a fim de evitar epidemias; para garantir a melhora futura de nossa raça, apregoam-se os exames pré-nupciais, e o de verme que corrói, que solapa, que arruína, esse é deixado em plena liberdade a viver ao sol do dia. Enquanto uma parcela ínfima de iniciativas particulares tenta remediar a tantos males [...]. (I CNE, 1927, t. 27).

Schmidt (1997), ao referir-se a mesma tese de Martins, afirma que:

Ante esse quadro de perdição que descreve, seria a seu ver, necessário que se tomasse providências contra os interesses provocadores da desmoralização geral. Urgia que à educação higiênica fosse acrescida a educação moral, inclusive com o controle dos divertimentos infantis, verdadeiras escolas de perdição, porque 'Muitos caminhos levam a Roma, mas só um leva à prosperidade de um povo, o caminho da moral, o caminho da virtude'. (I CNE, t.27 *apud* SCHMIDT, 1997, p. 152).

Deodato Morais, em sua tese intitulada "A Escola e a Família", onde este destaca o trabalho do professor em resolver problemas da educação social do povo brasileiro, discorre sobre a ação desse profissional quanto ao seu papel de higienista:

Por ocasião das epidemias, a ação do professor se tornará mais eficaz ainda. Ao aparecer uma doença contagiosa, compete-lhe expor, de acordo com as instruções da Saúde Pública, imediatamente ao povo, a que perigo cada um está exposto e quais os cuidados higiênicos a tomar. Aconselhará o isolamento dos doentes e procurará, por todas as formas, extinguir os focos de infecção. Apelará para o sentimento humanitário de todos, para a solidariedade da população, a fim de dar energético combate ao flagelo, que quase sempre se propaga pela incúria, ignorância e imundície de um certo número de indivíduos. (I CNE, 1927, t. 99).

Na mesma tese, Deodato Morais destaca o problema do alcoolismo, seus males e o papel do professor em combater tal vício social:

Uma das preocupações mais acentuadas do bom professor deverá ser aquela de dar combate aos vícios sociais que degradam o homem e degeneram a raça, principalmente o alcoolismo, que tantos males traz ao nacional e a sua prole. A abstinência ao álcool deve ser não apenas pregada com interesse e mesmo entusiasmo pelos mestres, mas apresentada como exemplo digno de imitação. É bom, desde cedo, fazer ver aos nossos homens que a cachaça é o maior depauperador do brasileiro e que é ela o fator preponderante na porcentagem do alcoolismo nacional. (I CNE, 1927, t.99).

Nas palavras de Carvalho:

Propostas de higienização do social, associadas à eugenia, tiveram intensa circulação no Brasil nas décadas de 20 e 30. Prometendo transformar o processo de seleção natural [...] a eugenia sustentava projetos de erradicação

do que era entendido como causa de degradação biológica e espiritual. Adicionava à hereditariedade fatores psicossociais [...]. (CARVALHO, 1998, p. 314).

Lindolpho Xavier (I CNE, 1927, t.5), do Instituto Lafayette, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e vinculado a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, defende em sua tese a necessidade da educação higiênica como fundamento da pedagogia moderna. Ao apontar o perigo da Sífilis e do alcoolismo para a população brasileira ele questiona: “Poderá a Pedagogia passar indiferente sobre esse perigo social?” Na sequência ele afirma que:

A pedagogia moderna tem que defender a saúde e a vida, combatendo os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene; tem que pregar os princípios do método e da sobriedade, aparelhando o indivíduo para a vida ambiente. A verdadeira pedagogia ensinará os meios práticos de vencer na vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico e moral. (I CNE, 1927, t. 5).

Alice de Toledo Tibiriçá, representante da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, de São Paulo, SP, afirma que:

A difusão do ensino primário, atingindo a todos os analfabetos, se correr paralelo com as lições de higiene, sobretudo as que concernem às moléstias de longa duração – como a sífilis, tuberculose, impudismo, moléstia de Chagas, úlcera de Bauru e, pairando acima, pela deformação trágica e transmissão ignorada, a lepra – levará o Brasil ao seu pleno desenvolvimento. (I CNE, 1927, t. 21).

Uma vez que, de acordo com Tibiriçá:

O progresso de um povo depende de sua robustez. Quando o Brasil resolver o importante problema de sua vitalidade e seus filhos demonstrarem sólido civismo com pleno conhecimento dos encargos que lhes competem num país extenso e, ainda em grande parte, inexplorado; quando com perseverança difundir-se o ensino primário em todos os estados, uniformemente, procurando levar o alfabeto e noções de higiene aos pontos mais longínquos, o Brasil dominará como grande nação – forte entre as mais fortes, grande pela extensão de suas terras e maior ainda pelo valor de seus filhos! (I CNE, 1927, t. 21).

Assim sendo, caberia à escola e ao professor a tarefa de auxiliar às famílias e às crianças quanto a educação higiênica, ensinando-lhes preceitos de higiene alimentar, doméstica e corporal. Caberia também ao professor orientar os alunos quanto a epidemias e doenças contagiosas. Ademais, era preciso educar as crianças no combate aos vícios, principalmente o alcoolismo, apontado como um dos grandes males da sociedade brasileira da época.

Na proposta de educação higiênica visava-se a saúde do corpo por meio da higiene e de um estilo de vida que procurava sanar os males da população. Além

disso, havia uma forte ênfase na disciplina, com objetivo de ensinar a criança (o futuro trabalhador), a se organizar.

Nas teses da I CNE, a perfeita condição de saúde e bons hábitos de higiene eram considerados condições fundamentais à existência humana, à prosperidade do indivíduo e da sociedade.

Nessa perspectiva, no discurso das teses sobre a questão higiênica do povo brasileiros, apontava-se que a degeneração física e as doenças, ocasionadas pela falta de higiene, eram acompanhadas pela degeneração moral e intelectual, o que agravava o estado geral do povo brasileiro. Conseqüentemente, a questão higiênica abordada nos discursos da I CNE tinham seus preceitos vinculados aos princípios da regeneração moral e social do povo brasileiro.

Para tanto, o discurso educacional precisava convencer a nação sobre das péssimas condições do povo brasileiro. Carvalho (1998, p.142), ao referir-se à intencionalidade do discurso dos intelectuais da ABE, afirma: “Articulando-se de modo a expressar temores, intenções, o discurso cívico da ABE constrói imagens da realidade brasileira sempre de modo a fornecer suporte aos sentimentos expressos.”

Desta maneira, de acordo com Carvalho (1998):

Condensando os males na metamorfose de um brasileiro indolente e doente e a esperança de erradicação desses males na ação de uma elite dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE, é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metamorfose da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento. (CARVALHO, 1998, p. 145).

Portanto, a representação negativa do povo brasileiro, apontado como indolente e doente pela falta de educação (conhecimento), configurou-se como recurso retórico dos intelectuais na tentativa de sanear a sociedade através da introdução dos preceitos de higiene na educação escolar, sem, contudo, suscitar maiores intervenções políticas com relação a melhoria da infraestrutura de saneamento do país. Pelo contrário, pretendia-se convencer a nação de que existia problemas graves de saúde e caráter do povo por falta de instrução, para posteriormente, implementar políticas que possibilitassem uma transformação social favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil.

3 - A BUSCA PELA MODERNIDADE EDUCACIONAL DO BRASIL

3.1 Atividades da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927: projetos educacionais em ação

No período que antecedeu à realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, a ABE vinha trabalhando intensamente em favor da educação brasileira. Pela análise dos relatórios das atividades da ABE no ano de 1927, observa-se, pela atuação e organização deste grupo, os principais objetivos a serem alcançados no âmbito educacional, cultural e moral para a sociedade brasileira.

No dia 8 de dezembro de 1927 realizou-se uma sessão pública da ABE na qual foi apresentado o andamento geral dos trabalhos desta instituição.

O presidente da sessão o professor F. Faboriau destacou a ocorrência de algumas conferências educativas realizadas na sede da União dos Empregados do Comércio (RJ) e ressaltou o funcionamento regular dos departamentos da ABE no Rio Grande do Sul e Espírito Santo e que essa associação tinha representantes no Amazonas e em Minas (I CNE, RELATÓRIOS, 1927). Mantinham também:

[...] relações internacionais, notadamente com o Bureau International d'Éducation, com a União Pan-Americana e com a World Federation of Education Association, tendo sido a ABE, representada por dona Laura Lacombe na Conferência de Educação Moderna, realizada este ano em Locarno (Suíça). (I CNE, RELATÓRIO, 1927).

Após destacar tais atividades da ABE, o professor F. Laboriau deu a palavra ao professor Amoroso Costa, o qual relatou o andamento do Ensino Técnico e Superior no corrente ano.

Do Ensino Técnico e Superior

Foram realizados cursos e conferências no anfiteatro de Física da Escola Politécnica, versando sobre assuntos variados, os quais atraíram, nas palavras de Amoroso da Costa, uma frequência extremamente animadora, demonstrando o gosto crescente pelos estudos. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

QUADRO 2 – ANDAMENTO DOS TRABALHOS – ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR

(Continua)

TEMAS	QUANTIDADE DE LIÇÕES	PROFESSOR	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL
Estudos sobre o Metabolismo	4 lições	Álvaro Ozório de Almeida	Faculdade de Medicina

TEMA	QUANTIDADE DE LIÇÕES	PROFESSOR	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL
Geologia do Petróleo	8 lições	Euzébio de oliveira	Serviço Geológico e Mineralógico
A Siderurgia	12 lições	Ferdinando Laboriau	Escola Politécnica
A Física e a Vida Moderna	6 lições	Dulcídio Pereira	Escola Politécnica e Normal
As Geometrias Não-euclidianas	6 lições	M. Amoroso Costa	Escola Politécnica
Marés e Problemas correlativos	2 lições	Alix Lemos	Observatório Nacional
A Regulação nervosa da Respiração	5 lições	Miguel Osório de Almeida	Instituto Oswaldo Cruz; Escola Superior de Agricultura
Elementos de Filosofia Médica	3 lições	Fernando de Magalhães	Faculdade de Medicina
Sobre a Indeterminação em Matemática	3 lições	Ignácio Azeredo do Amaral	Escola Naval, Politécnica e Normal
Filosofia da História	8 lições	Pedro A. Cardoso	Lyceu de Artes e Ofícios

FONTE: Relatórios das seções da I CNE (1927).

NOTA: Quadro construído pela autora a partir das fontes da I CNE.

QUADRO 3 – CONFERÊNCIAS LOCAIS DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR

(Continua)

TEMA	CONFERENCISTA	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL
A Função Educativa dos Museus	E. Roquete-Pinto	Museu Nacional; Escola Normal
O Problema Social e o Distributismo	Tristão de Athayde	Não consta
A Aurora da Arte Humana	J. A. Padberg Drenkpol	Museu Nacional
As Florestas Brasileiras	A. J. de Sampaio	Museu Nacional
O Mediterrâneo Oriental e a Ilha de Creta	Alberto Childe	Museu Nacional
Migração na América	Heloísa A. Torres	Museu Nacional

TEMA	CONFERENCISTA	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL
Estudos sobre Métrica Latina	Hahnemann Guimarães	Colégio Pedro II
A Evolução Moderna da Ideia de Democracia	Paulo de Castro Maya	Não consta
Os Companheiros do Homem	Claudio de Melo Leitão	Museu Nacional; Escola Superior de Agricultura
A Organização Universitária e as Faculdades Superiores de Ciências e de Letras	Álvaro Osório de Almeida	Faculdade de Medicina
A Estrutura e Evolução do Mundo Sideral	M. Amoroso Costa	Escola Politécnica

FONTE: Relatórios das seções da I CNE (1927).

NOTA: Quadro construído pela autora a partir das fontes da I CNE.

Do Ensino Primário

A Professora Celina Padilha, por convite da diretoria da ABE, ficou encarregada de dirigir a Seção de Ensino Primário. Foi organizado um programa de ação com assuntos sugeridos pelos membros desta Seção. Nele os temas foram classificados em grupos segundo se referem à educação ou à instrução para alunos e professores.

QUADRO 4 – TEMAS A SEREM ESTUDADOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO

(Continua)

CAPÍTULO	TEMA	PROFESSOR
Capítulo I	Discussões sobre Metodologias	Affonsina das Chagas Rosa
Capítulo II	Modo de Fazer a Inspeção Escolar	Dr. Manoel Bonfim
Capítulo III	Serviço de Consultas e Informações (Consultório Pedagógico)	Odette Regal da Rocha Rosa
Capítulo IV	Bibliotecas de Ensino Primário	Consuelo Pinheiro e Judith Rocha
Capítulo V	Preparação de Material Escolar	Carlos Delgado de Carvalho
Capítulo VI	Visitas de Instrução no Distrito Federal e fora dele	Delgado de Carvalho e Everaldo Backheuser
Capítulo VII	Viagens de Instrução fora do Distrito Federal, no Brasil e no estrangeiro	Delgado de Carvalho e Everaldo Backheuser

CAPÍTULO	TEMA	PROFESSOR
Capítulo VIII	Modo de Induzir o Professorado ao Estudo	Maria dos Reis Campos
Capítulo IX	Problemas da Educação na Escola	Honorina Senna de Oliveira Gomes
Capítulo X	Escoteirismo	Delgado de Carvalho
Capítulo XI	Cinematógrafo Escolar	América Xavier Monteiro de Barros
Capítulo XII	Caixas Escolares	Marietta Possolo Sampaio

FONTE: Relatórios das seções da I CNE (1927).

NOTA: Quadro construído pela autora a partir das fontes da I CNE.

Da Higiene e Educação Física

O Dr. Belizário Penna, presidente da Seção de Educação Física e Higiene, na exposição de seu discurso declarou que, naquele ano, foram realizados nas capitais, em várias cidades e vilas, nas fábricas, fazendas e associações de operários, palestras sobre o assunto de higiene e profilaxia. Na capital federal foram realizadas nas escolas, fábricas e associações operárias, várias conferências sobre alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose e higiene infantil. Foi também organizado cursos de higiene às professoras primárias durante às férias. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

QUADRO 5 – PROGRAMAS SOBRE HIGIENE DO CURSO DE FÉRIAS DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS

(Continua)

TEMA	PROFESSOR
Importância do Ensino da Higiene na Escola	Dr. Belizário Penna
Nutrição	Dr. Jansen de Mello
Doenças Contagiosas	Dr. Alair Antunes
Animais Nocivos – como deles se libertar	Dr. Emigdio Mattos
Malária	Dr. Savino Gasparini
Opilação	Dr. Belizario Penna

TEMA	PROFESSOR
Higiene Infantil	Dr. Leonel Gonzaga
Higiene Mental	Dr. Faustino Espozel
Higiene Sexual	Dr. Renato Kehl
Higiene dos Órgãos dos Sentidos	Dr. Savino Gasparini
Alcoolismo – suas funestas consequências	Dr. Belizário Penna
Educação Física na Escola	Dr. Gabriel Skinner
A Saúde Pública na Vida de uma Cidade	Dr. Carlos Sá
Como Ensinar Higiene na Escola	Dr. Gustavo Lessa

FONTE: Relatórios das seções da I CNE (1927).

NOTA: Quadro construído pela autora a partir das fontes da I CNE.

Prosseguindo em sua exposição, Belizário Penna, quanto ao que foi resolvido, segundo ele, na última sessão sobre o problema da saúde, declara que:

Sanear o Brasil, prová-lo e enriquecê-lo é moralizá-lo. A saúde é o fundamento da vitalidade e da energia, estimulante do trabalho; este é o fator da produção, da qual resulta a riqueza e o progresso. A doença, seja qual for a sua causa, é sempre um fator de desordem na família e na sociedade. O primeiro dever do estadista consiste em promover o equilíbrio da mentalidade coletiva para formar a consciência nacional, o que se não consegue sem a saúde, resultante do saneamento e da educação biofísica. [...] Da incapacidade biofísica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira, a do caráter das elites e uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem ideia, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Ademais, de acordo com Penna (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927), enquanto não se educasse convenientemente o povo, a fim de que ele cumprisse a sua finalidade biológica, o país não teria “o direito de convidar elementos sadios de outros povos para serem devorados neste sorvedouro de ignorância e de endemias.”

Da Cooperação da Família

Armada Álvaro Alberto, presidente da Seção de Cooperação da Família declara: “Como atividade ininterrupta de dois anos e quatro meses, com suas sessões quinzenais regulares, esta seção conta, atualmente com 45 membros inscritos, pela

maior parte mães de família interessadas na educação de seus filhos.” (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Na sequência Armanda Álvaro Alberto apresenta o Programa de Cooperação da Família realizado em 1927:

- 1) Publicação do resultado do inquérito sobre leituras infantis;
- 2) Prosseguimento da companhia pelo bom cinema para crianças;
- 3) Cursos para mães e professoras;
- 4) Publicação de folhetos sobre educação sexual;
- 5) Fundação de novos círculos de pais e professores;
- 6) Publicação de bibliotecas para crianças e adolescentes;
- 7) Propagandas junto aos colégios particulares para a instalação de bibliotecas para os seus alunos. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Por fim, Alberto afirma que: “coube a esta Seção servir de intermediária entre o Conselho Internacional de Mulheres e a ABE, para tradução e divulgação no Brasil do opúsculo *Um Novo Mundo pede uma Educação Nova*, mandando publicar no *Jornal do Comércio* de 13 de novembro último.” (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Do Ensino Doméstico

A Presidente da Seção do Ensino Doméstico, senhora Marietta Castro Silva, declara em seu relatório:

Ao iniciarmos os trabalhos, foi nosso principal feito procurar propagar o interesse por esse ensino, tão descurado entre nós, despertando a consciência feminina e fazendo-lhe sentir o quanto se necessita e se espera da ação da mulher no importantíssimo posto que ocupa no seu lar. A ela cabe evitar muitos dos grandes males que afligem a humanidade, como principal responsável pela primeira educação física e moral de toda uma descendência, como grande auxiliar da higiene e como mantenedora do bem-estar e da harmonia na atmosfera familiar. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Sendo assim, as ações realizadas em prol do Ensino Doméstico deram-se através de:

- 1) Divulgação das suas ideias no *O Jornal*, na seção dos Lazeres femininos, por intermédio do Dr. Fernando Magalhães;

- 2) Uma série de conferências sobre a higiene, o conforto e a estética do lar, realizadas pelo Dr. Amaury de Medeiros;
- 3) Cursos de puericultura, sendo que o primeiro foi ministrado pelo Dr. J. Nicolau, com a compreensão de que a educação da mulher deveria ter por objetivo principal a maternidade. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Após a exposição das ações realizadas no ano de 1927, Marietta Castro Silva declara:

Pelo adiantado da época e por ser o fim do ano a quadra de exames e sempre de grandes atribuições escolares, não pudemos interessar aos colégios como desejávamos, mas nesse ponto, importantíssimo para nós, será olhado com cuidado no nosso programa para 1928. Pensando ter nos colégios justamente o meio mais propício para influir nos jovens espíritos femininos e pretendemos executar aí toda uma série de conferências com demonstrações práticas e interessantes da economia doméstica. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Da Radiocultura

Foi dada a palavra ao Dr. Victor Lacombe, este leu a exposição enviada pelo Presidente da Seção de Radiocultura, professor Dulcídio Pereira, o qual não pode comparecer porque ficou retido na Escola Politécnica. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Na sua exposição, Dulcídio Pereira declara que ainda não iniciaram a execução do programa, mas que este será posto em prática no início do próximo ano letivo (1928). E que, os cursos de radiocultura decorrem de um entendimento entre a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a ABE, sendo a seção inaugurada em fins de outubro daquele ano. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Programas da Radiocultura

1º) Radiocultura Infantil – A professora, em quinze minutos diários, contaria uma pequena história para seus pequenos ouvintes. A seção contava com o auxílio da Seção de Educação Primária;

2º) Cursos de Línguas – Constava inicialmente com o ensino de Inglês e Francês;

3º) Cursos artísticos – Constava de palestras sobre Literatura e Música;

4º) Divulgação científica – Consistia em apresentação palestras de 15 minutos sobre assuntos científicos;

5º) Seção de radioculturas – A seção se propunha a responder, pelo microfone da Rádio Sociedade, a qualquer consulta referente ao seu programa. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Da assistência à infância abandonada

O Dr. Zeferino da Silva, presidente da Seção de Assistência à infância Abandonada, não podendo comparecer, encarregou Beatriz Sophia, secretária da referida seção, para a leitura de sua exposição. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Na sua exposição, Zeferino da Silva afirma que a assistência à infância abandonada não se faz sem recursos financeiros, muito trabalho e extrema dedicação e que, no programa apresentado em dezembro de 1926, já foram iniciadas as conferências ou palestras sobre os assuntos da seção. “O doutor Pedro Pernambuco, assaz conhecido pelo seu merecimento, fez a primeira conferência, tendo como tema os ‘menores retardados’.” (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Nas considerações finais de sua exposição, Zeferino da Silva ressalta que:

O que, porém, acho mais prático e pelo que vou me esforçar são as palestras nos lugares em que houver maior número de crianças que virão com seus pais, ou em locais aproximados em que possam estes comparecer. E sobretudo as visitas às habitações coletivas, onde se encontram muitas crianças que servem de exploração, dando-lhes serviços incompatíveis com a sua tenra idade. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Dos divertimentos infantis

A presidente da Seção de Divertimentos Infantis, Maria Luiza de Azevedo, expos as seguintes palavras:

No corrente ano, esta Seção, em colaboração com a de Cooperação da Família, intensificou a campanha cinematográfica, que é para a Associação

Brasileira de Educação a seleção de files próprios para à infância e a juventude, apelando às autoridades respectivas repressão ao crime de se intitularem *matinéés* infantis à passagem de películas imorais e às exibições teatrais inconvenientes, como podemos demonstrar apresentando nossos arquivos de programas e reclames de diversas casas de diversões desta capital. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Sendo assim, as ações realizadas em benefício dos saudáveis divertimentos infantis deram-se através dos programas de ação:

- Arquivos de revistas infantis;
- Divulgação dos trabalhos da seção no jornal *O Tico-Tico*;
- Festa ao ar livre para as crianças das escolas públicas;
- Vespéral infantil gratuito no Teatro Cassino;
- Sessões cinematográficas dentro de hospitais e casas de caridade;
- Pequeno arquivo de notícias divulgadas pela imprensa sobre divertimentos infantis. (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Maria Luiza Azevedo também ressalta que a seção tem apoiado o Dr. Fernando de Azevedo no seu ideal de dotar a capital de parques infantis. Quanto a criação de tais parques, ela afirma que estes são “fatores hoje imprescindíveis à cultura física e moral das nossas crianças desprotegidas da fortuna.” (I CNE, RELATÓRIO SEÇÃO, 1927).

Assim sendo, observa-se que foram inúmeros os desafios educacionais enfrentados pelos intelectuais da ABE, os quais envolviam a educação popular, com relação às ações sobre a Escola Primária e o Ensino Técnico e Superior para a formação da classe intermediária e da elite dirigente respectivamente, bem como, o auxílio educacional às mães e às famílias das crianças da escola pública.

A relação da ABE com o Bureau International d'Éducation, com a União Pan-Americana e com a World Federation of Education Association, evidencia a circulação das ideias educativas internacionais no Brasil, ademais, tais ideias sustentavam o discurso sobre a necessidade de reformas pedagógicas na educação brasileira.

O funcionamento regular dos departamentos da ABE nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, assim como a presença de representantes da Associação nos Estados do Amazonas e Minas Gerais, demonstram que as atuações da ABE, começaram se expandir antes mesmo da realização da I CNE, no entanto, ganharam força a partir dela.

No mesmo sentido, o andamento dos trabalhos realizados em prol do Ensino Técnico e Superior, bem como os trabalhos realizados em favor do Ensino Primário, ambos com inúmeros programas e cursos realizados do ano de 1927, reforçam o entendimento de que os planos da ABE para a unidade nacional se dariam por meio da uniformização do ensino, bem como, através da formação do professorado.

Helvécio de Andrade (I CNE, 1927, t. 35), descreve esse processo ao defender que para cimentar a unidade nacional em base sólida é necessário a uniformização do Ensino Primário, concomitantemente, à uniformização de programa e método de ensino. Para ele, a educação deveria estruturar-se tendo como base a Escola Normal Superior, para formar os "professores dos professores", a seguir, a Escola Normal Secundária, destinada a formação dos professores primários, e finalmente, a Escola Primária, abrangendo as crianças de 5 a 7 anos (Escolas Maternais) e de 7 a 12 anos (Escolas Primárias). O plano de educação popular incluiria também o aumento das escolas agrícolas, as de ofícios e artes mecânicas, de acordo com as necessidades regionais. No entanto, cabe ressaltar a ausência de ações e de debates quanto a educação de jovens e adultos que estavam fora da idade escolar.

No que se refere às ações sobre a questão da higiene e da educação física, verifica-se, através dos temas abordados nos cursos de férias ofertados às professoras primárias, a grande preocupação (presente também da I CNE) em promover a saúde física e mental do povo brasileiro através das ações educativas na escola. Buscava-se formar uma nação próspera e produtiva, a qual só seria possível através do saneamento e da moralização do seu povo. Tal entendimento evidencia a interpretação que se tinha da maioria da população: um povo doente, ignorante e, portanto, incapacitado para o trabalho qualificado.

Quanto aos trabalhos realizados para a Cooperação das Famílias, com suas atividades voltadas às mães interessadas na educação de seus filhos, e, os trabalhos voltados ao Ensino Doméstico, com o propósito de despertar a consciência feminina para o quanto se esperava da ação da mulher no posto que ocupava no seu lar, evidenciam como os dirigentes da ABE reforçavam preconceitos de gênero ao restringir o papel da mulher às funções da maternidade e do cuidado com as questões domésticas.

Atribuía-se à mulher o cuidado para com a família, os filhos e às tarefas domésticas, sem suscitar discussões sobre os direitos das mulheres e a igualdade

dos sexos, muito embora já se destacasse a mobilização feminina desde 1910, com o registro de uma sociedade civil exclusivamente de mulheres: o Partido Feminino Republicano. Cabe ressaltar também, a luta pelo voto feminino, a qual se configurou como a principal bandeira adotada pela Federação Brasileira pelo Sufrágio Feminino, órgão criado em 1922, que centralizava as lutas pelo voto feminino em todo o Brasil.

Esse tipo de representação da mulher é evidenciado nitidamente na tese de Nestor Lima (I CNE, 1927, t.68), quando este defende o celibato pedagógico feminino. Lima afirma que, outros estados brasileiros (além de Minas Gerais), proibiam às professoras públicas o casamento, sob pena de perda da cadeira. Alegava-se contra tal casamento, que se não poderia ser boa professora e, ao mesmo tempo, boa dona de casa. O entendimento era de que, o exercício simultâneo das duas funções (pedagógica e doméstica), não era incompatível, uma vez que, estas funções se completam e se integram, no entanto, seria prejudicial à perfeição, à regularidade e à proficuidade de cada uma delas.

Entretanto, na maioria das vezes, às mulheres instruídas eram consideradas aptas a realizarem determinados tipos de atividades, principalmente na área de educação primária, mas ainda lhes caberia o papel de mantenedora do bem-estar e harmonia da família.

No que se refere a Seção de Radiocultura, a qual destinava suas programações às crianças (Contação de histórias), a cursos de línguas, a cursos artísticos e a divulgações científicas, evidencia-se uma busca por ampliação dos meios de difusão do ensino através de recursos modernos e atrativos. Da mesma forma, na Seção dos Divertimentos infantis também se evidencia que, para além das festas e divertimentos, existia uma seleção de filmes próprios à infância e a juventude, considerada moderna para à sociedade brasileira da época.

Por fim, na Seção de Assistência à Infância Abandonada, a qual tinha seu trabalho focado em palestras e conferências destinadas às famílias das crianças pobres, demonstra-se que, através dessas atividades, existia oculta uma responsabilização das famílias quanto às condições sociais e materiais das crianças, sem, contudo, reconhecer a necessidade de políticas sociais e de assistência às famílias vulneráveis.

3.2 A escola e o professor: artífices do progresso educacional

A Primeira Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE inseriu-se no contexto de afirmação da chamada “causa nacional”, que mobilizou intelectuais de diferentes filiações ideológicas em torno de projetos educacionais que visavam a reorganização nacional através da organização cultural e científica da educação brasileira.

De acordo com Bona Junior e Vieira (2007), nas primeiras décadas do século XX os congressos nacionais começaram a ganharem força a partir da ideia de atraso educacional do Brasil em relação a países europeus e aos Estados Unidos.

Quanto a finalidade de tais congressos, Bona Junior e Vieira (2007) afirmam que:

[...] os congressos educacionais cumpriram múltiplas funções, entre as quais destacamos: dar visibilidade as ações do estado; legitimar os intelectuais envolvidos com a direção das reformas; conquistar o consentimento dos professores, pais e alunos para a implantação das mudanças pretendidas; e, por fim, afirmar o discurso da modernidade que associava os investimentos em educação às ideias de progresso, desenvolvimento e bem-estar social. (BONA JUNIOR; VIEIRA, 2007, p. 14-15).

Existiam múltiplos sentidos vinculados ao discurso educacional dos intelectuais nos congressos nacionais. Segundo Bona Junior e Vieira (2007):

A vocação moderna e o ímpeto reformista dos intelectuais exigiam púlpitos socialmente valorizados e politicamente legitimados, de maneira que as teses defendidas ganhassem a cena pública e, assim, consolidassem sentidos, afirmassem valores, mobilizassem práticas. Sentidos, valores e práticas que pretendiam obter o consentimento daqueles que seriam submetidos aos novos processos formativos e, sobretudo criar condições para a implantação destes projetos. (BONA JUNIOR; VIEIRA, 2007, p. 14).

A atuação dos intelectuais da ABE foi decisiva na reconfiguração do campo educacional brasileiro, a partir de suas iniciativas de definição de políticas públicas para a educação. Na I CNE as principais discussões foram pautadas nas teses defendidas pela direção da ABE, as quais propunham, além da organização do sistema nacional de ensino, a reformulação dos métodos pedagógicos e a formação de professores.

Um dos sentidos vinculados ao discurso educacional desses intelectuais, estava relacionado com a representação da escola tradicional como sendo defasada em seus programas e métodos, portanto, incapaz de cumprir eficazmente seu papel social. Conforme a tese de Sara Machado Busse (I CNE, 1927, t.50), acreditava-se

que o aluno estava “submetido por inepta pedagogia, por um regime sistemático de fadiga mental, através de definições e um urzedo inextricável de regras e enumerações, que o espírito rejeitará de si com aversão, apenas a idade o liberte das violências da escola”. Segundo este argumento, com tal metodologia de ensino, criava-se nos alunos uma repulsa aos estudos, dificultando, com isso, o seu pleno desenvolvimento intelectual.

Tal apresentação validava a necessidade de atualizá-la, tendo como parâmetro, programas educacionais modernos oriundos de países desenvolvidos. (BONA JUNIOR, 2005.p.45-46).

A necessidade de tornar o Ensino Primário obrigatório para o bem da nação é identificada na tese de Segismundo Antunes Netto. “A questão magna, palpitante e inadiável para o ressurgimento da moral do povo é a obrigatoriedade do ensino primário, que não viola, em absoluto, a liberdade de ninguém, porque em tese, o povo é como o indivíduo: vale pela instrução que possui.” Antunes Netto, atribui ao Estado a responsabilidade pela educação das crianças e afirma: “porquê dessa educação depende os interesses essenciais dos indivíduos e da coletividade, e o homem é a célula do organismo nacional.” (I CNE, t. 28)

Quanto ao que se refere às escolas do Paraná, Antunes Netto afirma que “tanto públicas como particulares, sejam adotados um só programa de ensino, os mesmos métodos pedagógicos, os mesmos compêndios, e ser a lei rigorosamente observada.” (I CNE, t. 28).

Na conclusão da tese Antunes Netto afirma que:

A execução da obrigatoriedade do ensino primário é a solução do problema dos problemas; é a única que interessa a todos os indivíduos, a todos os municípios, ao estado, à Nação, às nossas aspirações, as nossas esperanças, aos nossos ideais, aos nossos impulsos para o alto, para o bem, para o progresso, para o enobrecimento e para a fusão das nossas energias, tudo pela Pátria. (I CNE, t. 28).

A necessidade da uniformização do Ensino Primário era entendida como condição para uma boa política educacional brasileira. Para a elite intelectual tal uniformização proporcionaria o constante aperfeiçoamento do homem, inculcando em todas as crianças ideias e sentimentos necessários à existência da nacionalidade e a integração do indivíduo à sociedade brasileira, com sua língua, sua arte e suas crenças.

Lourenço Filho expõe em sua tese as ideias capitais da uniformização do Ensino Primário no Brasil:

Nem por outro motivo (além da adaptação do homem a uma sociedade nacional e ao seu meio regional) se faz da educação primária uma necessidade política nas modernas democracias. Mas o que a boa escola deve realizar não é apenas o homem em abstrato, mas o homem de seu tempo e de seu meio, o homem de que a sociedade tem necessidade no momento. Ora, o estado social de hoje exige, a esse propósito, nos grandes meios urbanos em especial, hábitos de trabalho em cooperação, de disciplina e solidariedade, de que nem sempre se tem lembrado a escola tradicional, montada noutros tempos, no influxo de outras ideias de compreensão humana e social. A fixação deste aspecto parece-nos necessária para que a desejada unidade de ensino venha atender não só ao ideal do indivíduo para o indivíduo, mas ao do indivíduo para a sociedade. (I CNE, t.42).

Na mesma tese, Lourenço Filho explicita o objetivo da unificação do Ensino Primário:

Idealmente, à educação primária, imposta a todos como dever e necessidade do Estado, cabe à homogeneização necessária dos indivíduos como membros de uma comunhão nacional, mas incumbe-lhe, por outro lado, a diferenciação necessária aos indivíduos, preparando-os nos diversos meios naturais, segundo as suas aptidões, a mais rápida e eficiente capacidade de produção. Tal é o espírito da moderna concepção do ensino primário: formar o homem, formar o cidadão, encaminhar a formação do braço produtor. Procuremos, pois, adaptar essa finalidade às nossas escolas, fixando assim o objetivo prático que buscamos. (I CNE, t.42).

Havia um consenso sobre a necessidade de significativa intervenção política na educação do povo brasileiro para cooperar e organizar sistematicamente o ensino. Ferdinando Laboriau, em sua tese intitulada “Sobre um Ministério da Educação Nacional afirma que: “[...] o problema da educação não é meramente uma questão pedagógica, e sim um problema nacional. É mesmo o maior dos problemas nacionais.” (I CNE, t. 45).

Laboriau (I CNE, t. 45) aponta ainda que “a base da educação nacional tem que ser a instrução primária”, mas que esta deve estar alicerçada sobre a boa formação dos professores:

[...] para que tenha esta (a educação primária) uma diretriz sistematizada é indispensável uma atividade muito diferente da simples subvenção de escolas estaduais ou municipais pela União, como se estabeleceu na atual Lei Federal do Ensino (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925). É preciso começar pelo princípio, cuidando das Escolas Normais Superiores, para constituir um corpo selecionado de professores das Escolas Normais e Secundárias. (I CNE, t. 45).

Para Sebastião Paraná, do Ginásio Paranaense (I CNE, 1927, t.59), a instrução primária e profissional é caracterizada como “o magno problema que requer a solicitude de todos, um esforço fervoroso e entusiástico ao serviço da causa comum.”

Uma vez que, para ele, por falta de instrução é que não temos podido avançar no domínio econômico. Ele aponta como sendo um fator de grande importância para a construção de um futuro econômico promissor, dar especial atenção às regiões do interior do Brasil, onde o caboclo “sempre esquecido, cruelmente abandonados pelos poderes públicos”, fica desassistido educacionalmente. (I CNE, 1927, t. 59).

Diante deste prognóstico, S. Paraná (I CNE, 1927, t. 59) afirma que: “Para lá enviaremos escolas boas e regeneradoras. Para lá transportaremos a luz da civilização, que deverá ser conduzida por legiões de didatas fiéis a religião do dever bendito do magistério, hábeis e diligentes.” Visto que: “A pedra angular do Brasil novo é o preparo das gerações que nos hão de suceder, a fim de torná-la cada dia mais apta [...]”. Já que para Paraná, o futuro do país está na instrução primária e profissional, contudo “[...] não se deixando também de preparar as elites intelectuais que engrandecem a nação.” Posto que: “O povo que tem as melhores escolas será sempre o primeiro povo.” (I CNE, 1927, t. 59).

Quanto aos métodos de ensino primário, propunha-se técnicas que estimulassem a alegria em oposição aos métodos rígidos e punitivos:

Punindo a criança, a educação é feita pela coação, pela intimidação e pelo terror. A punição, como todo sistema repressivo, quase sempre é contraproducente. Todo sistema disciplinar consiste em assegurar o desenvolvimento lento da criança, observando-a e preservando-a dos desvios que a possam levar à fins condenáveis. [...]. É preciso, portanto, que se crie ao redor da criança um meio adequado ao seu desenvolvimento, para que não haja ruptura de equilíbrio pela qual ela é punida. A criança manifesta em si mesma, características extraordinárias, das quais o educador lançando mão terá meios seguros para a realização de sua obra. A alegria, a espontaneidade, a sensibilidade, tão natural e tão espontânea na criança, são poderosos fatores que, inteligentemente aproveitados, concorrerão para a sua educação. (I CNE, 1927, t. 37).

Existiam críticas quanto a adoção de conteúdos e teorias sem aplicabilidade prática e que não estimulassem o civismo. Delia Rugai, em sua tese intitulada “A Literatura e a Escola Primária” afirma que:

Compete à escola a iniciação literária? Certamente que sim. É ela a formadora da alma do povo, é a ela que toca afinar a fibra sensível que deve, por conseguinte, estremecer mais depressa e vibrar mais profundamente ao contato das coisas humanas. É ele a mais potente obreira que beneficia a sociedade em geral e o indivíduo em particular. Não devemos dar tudo à inteligência; é preciso reservar uma parte ao coração, à cultura das faculdades afetivas. (I CNE, 1927, t.51).

Na mesma tese, Delia propõe que se coloque nas mãos das crianças livros para “alimentar o espírito” e “formar o caráter”, sem deixar de acrescentar conteúdos

cívicos. “Tudo o que é destinado à infância deve encerrar um tesouro de estímulos, de perfeição moral, intelectual e afetiva, o bastante para burilar caracteres, empolgar corações e almas e disciplinar vontades.” (I CNE, 1927, t. 51).

Segundo Bona Junior (2005):

[...] entendia-se que os conteúdos ministrados deveriam ser selecionados e direcionados pelo critério da utilidade prática. Contudo, acreditava-se que instruir seria pouco. À escola caberia um papel mais abrangente e importante: o de educar. Enquanto a instrução era concebida como posse de conhecimentos úteis para a vida prática, por educação entendia-se uma preparação integral da criança que despertasse nela o amor à pátria e o interesse por uma vida alicerçada em princípios morais. Assim, a instrução figurava como uma parte integrante da educação, mas seria de pouca utilidade se separada de princípios morais que a guiassem. BONA JUNIOR, 2005, p. 46).

Barbosa de Oliveira, em sua tese intitulada “A criação das Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico”, aponta o seu entendimento sobre qual deveria ser o papel da escola:

A escola, no conceito hodierno, não é um simples instrumento de instrução; tem uma finalidade superior, qual a de preparar o aluno para a vida, desenvolvendo-lhe as faculdades físicas, morais e intelectuais, conjunto criador da sua própria individualidade. Esse tríptico aspecto da educação – deve ser ministrado largamente ao povo, para fazer e cada indivíduo um elemento útil à sociedade e a pátria [...] (I CNE, 1927, t. 85).

Na mesma tese Barbosa de Oliveira afirma que: “A solução do problema educativo, em seu conjunto, está radicalmente vinculada à melhoria da qualidade do ensino secundário.” (I CNE, 1927, t. 85). E que:

Melhorando, pois, o ensino secundário e fazendo seu professorado pertencer a uma verdadeira elite social, melhoraremos fartamente os poderes públicos, emanação de uma melhor opinião geral, consequência de uma educação melhor e fruto exclusivo de uma escola e mestre também melhores. A educação da escola sendo um problema pedagógico é, assim, um problema político, econômico e social. (I CNE, 1927, t. 85).

Segundo Bona Junior (2005, p.48), por atribuir à escola tais responsabilidades sociais, “conferia-se a ela o atributo de lugar de elevação moral e cívica dos brasileiros e, por isto, fator de promoção da unidade nacional.” Uma vez que:

Os tratamentos dados à escola revelam que a ela era conferido também o estatuto de condição necessária à elevação da Pátria. [...]. Enfim, seja enaltecendo sua atividade ou denunciando seus problemas, às referências feitas à escola enunciavam que ela era vista como instrumento indispensável para que o país criasse uma identidade nacional e pudesse, assim, ingressar nos rumos do progresso. (BONA JUNIOR, 2005, p.48-49).

Desta forma, tendo a escola tais atributos, outorgava-se ao professor a responsabilidade de guiar os alunos no caminho do progresso educacional do país.

A conduta ética, moral e disciplinada do professor passa a ser um meio de educar pelo bom exemplo.

Na tese de Nestor Mendes sobre o ensino moral e o civismo, podemos identificar as características elencadas por ele, as quais deveriam ser observadas no professor:

Sem um professorado constituído de verdadeiros caracteres, de abnegados sacerdotes, de patriotas sinceros, é inútil qualquer tentativa. A seleção não deve atender unicamente às competências, ao valor intelectual; antes, deve constituir a guarda avançada os que têm caráter, os que não são venais, os que não prevaricam e não se curvam senão diante da verdade. [...]. Deve ter (o professor) hábitos de pontualidade, asseio, ordem, disciplina, urbanidade e caridade. Desde o primeiro instante, com paciência, carinho e bondade, deve corrigir nos seus alunos todos os seus maus costumes aparentes, lembrando-se sempre dos defeitos da própria educação doméstica. Tudo isso deverá fazer com observação profunda e tino especial. (I CNE, t. 87).

Para Mendes, o professor, através do seu bom exemplo de vida e prática, deve ter por objetivo, ensinar os alunos condutas virtuosas e honestas:

[...] criar hábitos de trabalho honesto, da prática das virtudes, de respeito mútuo e de altruísmo, mas com a condição fundamental de se erigir em um exemplo vivo desses predicados, para que a sugestão dos seus atos lembre a todo instante, às crianças, os ensinamentos que doutrinou. Todo o ensino da moral que não tiver por base este lema é inútil, podendo ser até pernicioso. (I CNE, 1927, t. 87).

Da mesma forma, Myriam de Souza (I CNE, 1927, t. 38) afirma que: “O exemplo do professor é sempre imitado, tanto para o bem como para o mal.”

Joaquim Menelau de Almeida Torrez, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR, referiu-se às ações do professor nos seguintes termos: “A missão do professor é guiar, é esclarecer o que o aluno por si não pode descobrir, e não reduzir os seus discípulos a ouvintes passivos.” (I CNE, 1927, t. 30).

Laura Jacobina Lacombe da ABE, ao referir-se à atividade do professor, afirma: “Cada um de nós professores, tem a obrigação moral de lançar a semente no vasto campo da infância, para que outras gerações venham colher a messe benfazeja. [...]. Grandiosa é a obra daquele que faz o bem tendo em vista a felicidade alheia.” (I CNE, 1927, t. 24).

Na mesma direção, Roberto Emilio Mongruel, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR, argumenta sobre o dever do professor:

Deve o professor servir de exemplo a seus alunos nos menores atos de sua vida, que pública, quer privada. Na escola deve ser o primeiro a chegar e o último a sair, guardando sempre modelar postura, quer no trajar como nos gestos e nas expressões, desempenhando a sua obrigação com a máxima ordem, cada coisa a seu tempo e lugar. Assim procedendo, alcança o professor a sua autoridade moral, que é a base, por assim dizer, de toda disciplina, conquistando o ascendente sobre os seus alunos, despertando-lhes o afeto e carinho, para o que necessita dispensar-lhes o mesmo sentimento, tratando-os afetuosamente e dando mostra de acendrado carinho, impondo-se pela persuasão e pela delicadeza. (I CNE, 1927, t. 37).

Ao professor era atribuído um papel muito maiores do que a simples função de ensinar as crianças. Abnegado sacerdote, praticante de boas virtudes, altruísta, exemplo a ser seguido, são qualificações atribuídas ao bom professor, de forma que, seu trabalho se caracterizava como uma verdadeira missão.

Neste sentido, Schmidt (1997) afirma:

[...] as crianças devem aprender com o professor que a moralidade do homem reside no seu caráter e nos seus sentimentos. [...]. Como o exemplo do professor, a criança deve aprender os deveres para consigo mesma, a família, a Pátria e a sociedade, a bondade, a paciência, a tolerância, a caridade, a justiça, os bons costumes, as regras de conduta social. (SCHMIDT, M. A. M. dos S., 1997, p. 159).

Bona Junior (2005) ao referir-se ao entendimento que se tinha do trabalho do professor evidenciado nas conferências educacionais dos anos de 1920, afirma que:

Sua atividade era considerada algo muito maior; era considerada uma missão, pois pela sua mão passava o sucesso ou o fracasso do empreendimento educativo na salvação da nação. E, para que tal missão fosse ele (o professor) abraçada, acreditava-se que a sua função na escola deveria ultrapassar a mera tarefa de ensinar os alunos: ele deveria amar patrioticamente a causa nacional e transmitir esse amor aos que lhe eram confiados. Dessa forma, acreditava-se que amar a pátria e lutar por seu engrandecimento eram requisitos indispensáveis para que o professor correspondesse à sua missão [...]". (BONA JUNIOR, A., 2005, p. 49).

Para ser professor era necessário encarar tal profissão como uma vocação a ser seguida. O professor deveria ter uma predisposição nata para desempenhar seu trabalho como um verdadeiro sacerdote da educação brasileira. Para tanto era necessário que ele assumisse, ou fosse convencido, da sua tão grandiosa responsabilidade. De acordo com Bona Junior (2005):

Creditava-se ao professor grande responsabilidade na eficácia da ação educacional, e por isso tentava-se convencê-lo a assumir com dedicação tal responsabilidade. A adjetivação de sua função e sua disposição em desempenhá-la por meio dos termos *missão* e *vacação* concorria para estimular a sua adesão ao projeto educacional em discussão. [...]. Elevou-se a importância da atividade do professor ao ponto de se afirmar que não havia más escolas. O que havia eram 'professores mais ou menos capazes, mais ou menos zelosos, mais ou menos dedicados [...]'. (BONA JUNIOR, A., 2005, p. 51).

Quanto ao papel do professor na promoção da unidade nacional Bona Junior (2005, p. 52) firma que: “A grande questão da unidade nacional punha mais um desafio do qual, pelo que se afirmou, cabia ao professor tomar parte: a difusão do ensino, ou seja, sua propagação naqueles lugares onde o analfabetismo apresentava suas taxas mais elevadas.”

Myriam de Souza, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR, nos possibilita compreender de forma sintética as expectativas como relação a escola e ao professorado brasileiro:

Deste trabalho grandioso (formar o caráter dos brasileiros para o engrandecimento da pátria, despertando-lhes inteligência e virtude), a maior parcela de responsabilidade repousa nos ombros dos professores a quem o Brasil confiante e os pais esperançosos entregam os filhos queridos e deles esperam obras perfeitas. Esforcemo-nos por satisfazer-lhes as aspirações. A uniformização do ensino em seus pontos gerais é uma grande necessidade, diz-me a experiência própria e a dos que têm se dedicado à educação do nosso povo. A uniformização deve abranger os dois pontos essenciais no preparo da nossa infância: o professor e a escola. (I CNE, 1927, t. 38).

Para cumprir tão grande obra, onde, de acordo com Barbosa de Oliveira (I CNE, 1927, t. 85) a “escola moderna se concentra, sobretudo, no professor”, era necessário prepará-lo adequadamente, uma vez que, nas palavras de Oliveira, “Muito importa o método de ensino, mas muito mais importante é a qualidade do mestre.” Desta forma o professor era visto como “a alma do ensino” e a sua formação seria “o ponto primordial de todo o problema educativo.” (I CNE, 1927, t. 85).

Nas palavras de Bona Junior (2005):

[...] as afirmativas acerca da grandiosidade da obra educacional no concurso para o engrandecimento da pátria e acerca da missão cabida ao professor, para a qual necessitava-se vocação, enunciam de um único sentido: o professor era considerado um artífice na construção da consciência nacional, adjetivado pelo termo sacerdote – enquanto abnegado – e pai – enquanto guia educacional – sendo que, por ser vocacionado deveria fazer com que as dificuldades do empreendimento educacional fossem superadas e, por meio do seu saber, do seu exemplo e da sua conduta, garantir que as crianças fossem educadas. (BONA JUNIOR, A., 2005, p. 54).

Desta maneira, a função do professor ultrapassava para além de apenas transmissor de conhecimento. Ele passava a ser compreendido como orientador dos pensamentos dos alunos que, passariam então, de ouvinte passivos, a ativos partícipes no processo de ensino/aprendizagem.

Sendo considerado o professor o ator principal, conseqüentemente a sua formação pedagógica passava a ser indispensável para o avanço educacional brasileiro.

Antônia Ribeiro de Castro Lopes (I CNE, 1927, t. 88), em sua tese intitulada “A Criação de Escolas Normais Superiores em diferentes pontos do país, para o preparo pedagógico” afirma que: “Assim como a Escola Normal Primária forma professores para escolas primárias, necessária é e imperiosa se torna a criação de escolas que formem professores cuja instrução e aptidão pedagógica o eleve à altura do desempenho de sua missão.” Uma vez que, de acordo com Lopes a eficaz capacidade pedagógica do professor é “condição precípua e indispensável para que se exerça o magistério com proficiência.” Aliás, nas palavras de Lopes: “Um professor pode ser um cientista, mas um cientista nem sempre é um professor”. (I CNE, 1927, t.88).

Por meio do preparo dos professores e das inovações pedagógicas, a escola se tornaria modelo para a sociedade brasileira. De acordo com Bona Junior (2005), a escola seria local onde:

[...] os alunos pudessem aprender, além dos conhecimentos necessários à vida, a maneira adequada de viver e transformar a sociedade para a qual eles seriam devolvidos ao término do processo educativo. Essa era a escola considerada moderna naquele contexto: a escola em que o aluno construiria o seu próprio conhecimento, numa nova relação com o professor, a partir de métodos modernos, voltados à prática, à capacidade de transformação da sociedade segundo objetivos pré-determinados de unidade e progresso nacional. (BONA JUNIOR, A., 2005, p. 86).

Por fim, tais discussões confirmam o propósito da Primeira Conferência Nacional de Educação: dar visibilidade aos projetos da ABE; conquistar o consentimento dos professores, pais e alunos para a implantação das mudanças pretendidas; e, principalmente, consolidar o discurso da modernidade que associava os investimentos em educação às ideias de bem-estar social e progresso nacional, para com isso, criar condições para a implantação dos seus projetos.

A representação da escola tradicional como sendo defasada, a necessidade da uniformização do Ensino Primário e de torná-lo obrigatório, contribuía para a afirmação da necessidade de uma intervenção política focada na adaptação do homem a uma sociedade unida nacionalmente, mas também, adaptá-lo ao seu meio social local. Exigia-se hábitos de trabalho em cooperação e disciplina. A fixação destes aspectos apresentava-se como necessária para que a desejada unidade de

ensino atendesse, não só o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas, principalmente, prepará-lo para a boa convivência social e para o trabalho.

Desta forma, para este intento, o qual se daria através das ações educativas, pensou-se o professor como o principal artífice da almejada modernização. Uma vez que, o conjunto de atribuições delegadas a ele, o impelia a uma missão: a construção da nova identidade da nação.

Entretanto, não se levava em consideração a necessária articulação entre a formação inicial e formação continuada, com boas condições de trabalho e remuneração adequada. Observa-se uma ausência de projetos para assegurar as condições materiais necessárias para a execução das ações educacionais. Desta forma, as propostas não promoviam a valorização profissional docente, uma vez que não enfrentavam efetivamente os problemas do professorado, tais como a falta de infraestrutura, as longas jornadas de trabalho e a insuficiente remuneração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das fontes e da historiografia sobre I Conferência Nacional de Educação e de sua promotora, a Associação Brasileira de Educação, pode-se considerar que a I CNE representou um momento de expressão do anseio do grupo de intelectuais ligados à associação por reformas educacionais no Brasil.

Existia na ABE, um ideal civilizatório para a sociedade brasileira, com a remodelação da escola na qual: o ensino técnico, o preparo e aperfeiçoamento dos professores e novos métodos pedagógicos, aliavam-se a uma educação higiênica, cívica e moral, com vista à construção de uma hegemonia cultural entendida como necessária para a organização do processo de trabalho.

Ademais, com a constatação desses intelectuais sobre o atraso da nação em comparação ao desenvolvimento educacional, político e social dos países da Europa e dos Estados Unidos, intensificou-se o reconhecimento das necessidades urgentes de uma forte intervenção política, na qual a modernização educacional era vista com solução para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Com relação ao discurso em torno da ideia de incutir um ideário patriótico na nação, associado à exaltação da moral com base na religiosidade católica, pode-se afirmar que, este tema permeou várias teses apresentadas na Primeira Conferência.

Na I CNE, a ABE teve o papel de aglutinadora dos intelectuais que, embora pertencessem a grupos com diferentes filiações ideológicas, como por exemplo o grupo dos católicos, que defendiam a educação moral nos moldes religiosos e o grupo dos intelectuais que defendiam o ensino laico nas escolas, traçaram juntos um conjunto de ações políticas que confluíam para um objetivo comum: a modernização social e educacional do país, mantendo uníssonos a ideia de que seria da elite intelectual a missão de conduzir o povo brasileiro à modernidade e promover a união da nação. Ademais, a presença de membros da associação atuando no Estado contribuiu para que se ampliasse a visibilidade de seus projetos educacionais e sua interlocução com o poder público.

As políticas educacionais propostas pela Associação Brasileira de Educação incluíam, além das reformas no campo educacional escolar, estratégias de organização de várias práticas e noções relacionadas à educação do povo brasileiro, dentre as quais se incluíam: laboriosidade, civismo, moral e higiene. Tais proposições visavam a modernização educacional e cultural do país e a formação de uma

identidade nacional, com o entendimento de que, dessa maneira, seria possível alcançar o progresso social, cultural e econômico do Brasil.

O anseio, por parte dessa elite intelectual, em formar uma identidade para o povo brasileiro através da ordem, moral e civilidade nas escolas, era justificado, principalmente, pela chegada de muitos imigrantes estrangeiros, os quais traziam consigo culturas e hábitos diferentes. Além disso, muitas vezes, de acordo com as teses, estes imigrantes se mostravam relutantes em mandar seus filhos para a escola, tal entendimento contribuía com a afirmação da necessidade da nacionalização e da obrigatoriedade do Ensino Primário.

Desta forma, a estratégia para alcançar a modernidade, estava alicerçada em projetos políticos que impunham ao povo brasileiro mudanças em seus modos de pensar e agir, em nome da pretensão insólita de homogeneizar a nação brasileira educacional e culturalmente.

Um dos sentidos vinculados ao discurso educacional dos intelectuais da ABE, estava relacionado com a representação da escola tradicional como sendo defasada em seus programas e métodos. Assim sendo, tal afirmação validava-se a necessidade de atualizá-la, tendo como parâmetro, programas educacionais modernos oriundos de países desenvolvidos.

Assim sendo, a uniformização do Ensino Primário era condição para que a política educacional brasileira fosse bem-sucedida, tendo como propósito a manutenção e o aperfeiçoamento constante do homem, tanto individual como coletivamente. Para tanto, era necessário inculcar em todas as crianças brasileiras ideias e sentimentos necessários à existência da nacionalidade e a integração do indivíduo na sociedade.

Portanto, à educação primária, imposta a todos como dever e necessidade do Estado, caberia à homogeneização necessária dos indivíduos como partícipes de uma sociedade nacional. Afinal, era preciso formar o homem para o “seu tempo” e “seu meio”, para que este pudesse atender às necessidades imediatas da economia e, paulatinamente, as demandas de mão de obra qualificada.

Logo, ao professor atribuía-se grande responsabilidade na eficácia da ação educacional. Acreditava-se que a sua função deveria ultrapassar a simples tarefa de ensinar os alunos, ele deveria ser moralmente exemplar, amar patrioticamente a causa nacional e transmitir esse amor aos seus alunos.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar do professor ser considerado o principal artífice da nova identidade da nação, tendo em vista que, delegava-se a ele funções para além das lições escolares, não fazia parte das principais discussões às condições de trabalho e remuneração salarial compatível com essas responsabilidades.

Diante da grande responsabilidade delegada aos professores, ressaltava-se a necessidade de intervenção do poder público na melhoria da qualidade da formação desses professores. Ademais, afirmava-se que o problema pedagógico da educação escolar estava diretamente relacionado com os problemas político, econômico e social que o Brasil enfrentava, mas seria a escola, o instrumento indispensável para que o país pudesse ingressar nos rumos do progresso.

Em suma, a escola, com esta moderna concepção do ensino, teria por objetivos: formar o homem para si – intelectual e fisicamente saudável; formar o cidadão para a sociedade – intelectual, físico e moralmente e; conseqüentemente, formar o braço produtor e aprimorar suas aptidões para a mais rápida e eficiente capacidade de produção.

Através da análise das teses da I CNE percebeu-se ainda que o anseio dos intelectuais da ABE, pela modernidade trazia, concomitantemente, o temor pela perda dos valores morais, já consagrados até então. Existiam sentimentos controversos; uma aspiração pelo novo, e, ao mesmo tempo, um esforço em manter algumas tradições escolares, sobretudo as religiosas.

Este movimento educacional foi certamente uma instância de elaboração e difusão das ideias autoritárias dos anos de 1920. O povo brasileiro foi apresentado como carente, passivo e disforme. Nele se propôs a escola como agente da homogeneização cultural por meio da introdução de valores (morais) e da construção de atitudes patrióticas. (CARVALHO, 1998, p. 44).

Ademais, na análise das discussões presentes na Primeira Conferência, observou-se alguns significados incorporados aos seus discursos, como por exemplo: o de comprometimento, de missão, de responsabilidade com a renovação educacional, sobretudo com o forte desejo de unidade nacional. Schmidt afirma que: “Havia um verdadeiro compromisso messiânico com a regeneração do povo brasileiro e com a unidade nacional. Tratava-se da unidade brasileira construída pela cultura

moral acima de tudo, porque acreditavam que o dever cívico era decorrente da formação moral” (1997, p. 152).

Nas palavras de Bona Junior e Vieira (2007, p.23), a retórica presente nos discursos da modernidade, o local de enunciação desse discurso e a autoridade dos enunciadores, conferiu a estes intelectuais grande poder de convencimento.

Por fim, os intelectuais da ABE se autorrepresentavam como condutores do povo brasileiro rumo a modernidade, uma vez que suas posições sociais, as habilidades retóricas e textuais, suas qualificações formais (como títulos, diplomas) e o engajamento político, proporcionavam-lhes condições favoráveis para atuar na produção de sua própria representação social. Assim sendo, acreditavam ser deles a missão de construir a identidade da nação e, nesse processo, também seriam os indutores de políticas públicas para o país.

FONTES

Anais da I Conferência Nacional de Educação (I CNE):

Ata da sessão de instalação da ICNE;

Sessão preparatória da ICNE;

Relação dos Estados participantes;

Relatório das sessões;

Relatório da comissão organizadora da ICNE;

Teses apresentadas durante a ICNE;

Memória Iconográfica da I CNE.

REFERÊNCIAS

BONA JUNIOR, A. **Educação e modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná.** Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.

BONA JUNIOR, A.; VIEIRA, C. E. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, C. E (org). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886 – 1964).** Curitiba: UFPR, 2007.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

FERREIRA, S. da C. **Conferência Nacional de Educação. Contribuição para o Estudo das Origens da Escola Nova no Brasil.** São Carlos, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos.

HOELLER, S. A. de O. **As Conferências Educacionais: projetos para a nação e modernização pedagógica nos anos de 1920 – Brasil.** 2014. 480 f. Tese (Doutorado em Educação) – universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LARHUERTA. M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista e modernização. In: LORENZO, H. C de; COSTA, W. P. da (orgs). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: UNESP, 1997. p. 93-114.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. **Infância: sol do mundo. A primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira.** Curitiba, 1997. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VALERIO, T. F. **Associação Brasileira de Educação: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928–1942).** 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927). In: BENCOSTTA, M. L. A. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerário histórico.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 379-400.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-21, abr-jun 2015. Disponível em: <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_no_1_Carlos_Eduardo_Vieira.pdf> Acesso em: 01 out. 2017.

VIEIRA. C. E.; DANIEL. L. S. Lysímaco Ferreira da Costa e a formação de professores no Paraná na década de 1920. In: VIEIRA, C. E.; OSININSKI, D.; BENCOSTTA, M. L.

(orgs). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: UFPR, 2015. p.45-76.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 8, n. 16, p.63-85, jan/ abr. 2008.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crença dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. (org). **Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e política**. Vitória: EDUFES, 2011.

ANEXOS

Memória iconográfica da I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927.

Anexo 1 – Instalação solene da I Conferência Nacional de Educação no Teatro Guaíra, em Curitiba a 19 de dezembro de 1927



Fonte: Anais da I CNE.

Anexo 2 - Grupo de congressistas à frente da sede da I CNE – Palácio Rio Branco.



Fonte: Anais da I CNE.

Anexo 3 – O Professor Lourenço Filho saudando o Paraná.



Fonte: Anais da I CNE

Anexo 4 – Fala o Presidente do Estado do Paraná – Dr. Caetano Munhoz da Rocha.



Fonte: Anais da I CNE

Anexo 5 – Fala o Dr. Lysímaco Ferreira da Costa, Inspetor Geral do Ensino do Paraná, saudando os congressistas e a Associação Brasileira de Educação.



Fonte: Anais da I CNE.

Anexo 6 – Sessão de encerramento da I Conferência Nacional de Educação.



Fonte: Anais da I CNE.